

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 1º-4-2024.

No primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, José Freitas, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Érika Rocha, Presidente do Projeto Social Angelina Luz, que se pronunciou acerca do Transtorno do Espectro Autista. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Claudio Janta e Psicóloga Tanise Sabino. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Biga Pereira, Pedro Ruas, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Prof. Alex Fraga, Mônica Leal e Márcio Bins Ely manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e nove minutos às quinze horas e treze minutos. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre, nos termos do Requerimento nº 046/24 (Processo nº 0200/24), de autoria de Engº Comassetto. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo; Adriano Souza Filippetto, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre; Jurandir Damin, ex-Presidente do Sindicato; e Claudir Nespolo, ex-Presidente do Sindicato e Superintendente Regional do Trabalho no Rio Grande do Sul. Engº Comassetto, proponente, manifestou-se e Adriano Souza Filippetto agradeceu a homenagem. A seguir, Pedro Ruas manifestou-se em COMUNICAÇÃO DE LÍDER. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta minutos às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Após, Mauro Pinheiro, presidindo, passou diretamente ao período de COMPARECIMENTO, no qual esteve Germano Bremm, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, para tratar do assunto Revisão do Plano Diretor. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo; Germano Bremm, Patricia da Silva Tschoepke e Vaneska Paiva Henrique, respectivamente Secretário Municipal, Diretora e Coordenadora de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre. Em continuidade, Germano Bremm e Vaneska Paiva Henrique pronunciaram-se acerca do tema em debate. Após,

pronunciaram-se sobre o tema em debate Idenir Cecchim, Adeli Sell, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, Lourdes Sprenger, Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier e Jonas Reis. Ainda, Germano Bremm e Patricia da Silva Tschoepke, prestaram esclarecimentos acerca do tema em debate. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e sete minutos às dezessete horas e oito minutos. Foram apregoados documentos firmados por Mônica Leal, Líder da Bancada do PP, por meio dos quais informa a desfiliação de Comandante Nádia do Partido Progressista – PP, a contar do dia vinte e cinco de março do corrente. Foram apregoados documentos firmados por Comandante Nádia, por meio dos quais informa estar filiada ao Partido Liberal – PL – a contar do dia vinte e oito de março do corrente. Foi apregoado o Processo SEI nº 038.00035/2024-05, por meio do qual é autorizada representação externa de Mônica Leal, no dia vinte e seis de março do corrente, com o objetivo de participar da Solenidade de entrega do Posto Avançado da Guarda Municipal no Parque Moinhos de Vento, em Porto Alegre. Foram aprovadas as atas das 008ª, 009ª, 010ª, 011ª, 012ª, 013ª e 014ª Sessões Ordinárias e 001ª Sessão Solene. Tiago Albrecht formulou Requerimento verbal, solicitando ingresso imediato na Ordem do Dia. Foi constatada inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por João Bosco Vaz. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jonas Reis, Giovani Culau e Coletivo, Tiago Albrecht e Fernanda Barth. Às dezessete horas e trinta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Iniciamos a nossa sessão. Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Projeto Social Angelina Luz que tratará de assunto relativo ao Transtorno do Espectro Autista. A Sra. Érika Rocha, presidente, está com a palavra pelo tempo regimental de 10 minutos. Compõem a Mesa a Sra. Sílvia Maria Justino das Neves – mãe atípica – e o Denilson das Neves Vila Rica.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Boa tarde, Presidente; boa tarde, vereadoras e vereadores; boa tarde, famílias atípicas que aqui estão presentes hoje. Eu gostaria de pedir a atenção dos vereadores, das pessoas que aqui estão, se pudessem parar de conversar e parar um pouquinho, larguem o celular dez minutinhos para dar uma atenção em respeito a mim, que estou aqui em cima e às famílias que estão lá também, por gentileza.

Vou me apresentar: eu me chamo Érika, sou mãe atípica, presidente do Projeto Social Angelina Luz. Sou coordenadora estadual do MOAB – Movimento Orgulho Autista Brasil – e sou conselheira titular representante do Transtorno Espectro Autista no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Antes de dar seguimento à minha fala, eu trouxe um vídeo e gostaria que vocês todos assistissem, por favor.

(Procede-se à apresentação.)

SRA. ÉRIKA ROCHA: Bom, como disse no vídeo, antes de um diagnóstico, os autistas são seres humanos, e hoje eu trouxe aqui, na Câmara, o Denilson para apresentar para vocês. O Denilson é uma criança autista, com síndrome de Down e epilético. Para quem acha que o autismo chegou na minha vida com o nascimento da minha filha, se engana, o Denilson é uma criança que eu carreguei no colo, irmão gêmeo de Maria Clara, filho da mãe atípica Sílvia. Denilson completou 18 anos no mês de fevereiro. Denilson não está no radar no Município, Denilson é um autista que nunca teve acesso a nenhum tipo de intervenção terapêutica, durante toda uma vida! Este aqui é o Denilson, que é uma pessoa com deficiência. O Denilson nasceu sem o reto, foi uma criança colostomizada até os seis anos de idade, e a mãe Sílvia recebia do Município 15 bolsas de colostomia por mês para durar os 30 dias, ela usava, lavava e colava na pele dele, porque o intestino dele era totalmente exposto. E a casa da Sílvia era uma casa de compensado, que não tinha porta, onde eles dormiam no chão, onde os ratos comiam Denilson vivo ou iam-se ao intestino pelo mau cheiro. (Pausa.) Por que eu trouxe Denilson aqui hoje? Porque o Denilson é a prova viva da negligência que as nossas crianças, jovens e adultos, com transtorno de espectro autista, sofrem. Eu vim falar para vocês que conheço todos os acessos que o Denilson teve, enquanto bebê, enquanto criança, enquanto jovem, e adulto, que é agora. O Denilson teve acesso às paredes da sua casa, o Denilson teve acesso a uma prisão domiciliar até hoje. Eu pergunto: qual crime o Denilson cometeu? Ser uma pessoa com deficiência? O Denilson teve acesso ao esquecimento, à negligência, a todas as violações dos direitos humanos, o acesso à saúde, à educação inclusiva, enquanto pessoa com deficiência. Eis aqui, nesta tribuna diante de todos vocês, um autista, uma pessoa com deficiência, hoje com 18 anos, que, ao completar 18 anos, foi desligado do sistema por maioria. Hoje ele não tem nem acesso ao psiquiatra e ao neurologista. O Denilson, assim como a grande maioria das famílias atípicas em vulnerabilidade que dependem da saúde pública para ter acesso a terapias, a neurologistas, padece. Dói muito ver o abismo que existe entre a realidade de famílias que vivem numa bolha de ativismo numa comunidade privada, e famílias que vivem numa zona de vulnerabilidade socioeconômica. Eu digo isso com exatidão, porque eu também faço parte dessas famílias em vulnerabilidade social. Estamos no ano de 2024 e seguimos com a ausência dos tratamentos para o autista. Antes que algum vereador ou vereadora se levante para apontar o centro de referência, o Certa, como se fosse um local onde os autistas estão tendo acesso a intervenções terapêuticas, eu afirmo que isso não condiz com

a realidade. Eu, enquanto mãe atípica de uma criança ligada ao Certa, digo que é imoral que alguém aqui nesta Câmara se levante e diga que o Certa está acolhendo de forma devida e correta os autistas. As famílias que lá estão desde maio, desde a inauguração, têm passado por episódios de terror: avaliações eternas, que duram seis, sete, oito meses; crianças que chegam no Certa já com diagnóstico, com seus laudos invalidados. Fora uma avaliação de seis, sete, oito

Meses, quando se acabam essas avaliações, se espera aí mais três, quatro meses para receber um PTI, que é o Plano de Tratamento Individualizado. E depois, quando finalmente chega o tal do PTI, a gente tem que dar sorte de ter o agendamento e esperar aí mais meses, ou seja, o Certa mais errado que nós, famílias atípicas, infelizmente estamos vendo dentro do Município, porque nossos filhos estão ligados ao Certa, mas isso não quer dizer que eles estejam tendo as intervenções terapêuticas, que é o que salva vidas, como a do Denilson, como a da minha filha, como de todas aquelas famílias que estão lá em cima. É o telefone que a família liga para ter contato, e ninguém atende. São erros de marcações que as famílias se deslocam do Pinheiro, da Restinga, de todos os lugares; chega lá, era erro de marcação. Dentro do Certa, tem profissionais ótimos, excelentes, e é com tristeza que eu digo que o problema do Certa é a gestão. Uma gestão incompetente, uma gestão que coage as famílias, uma gestão que, se a gente reclama, aponta – nós somos as mães histéricas, loucas que só apontamos, só reclamamos. Ninguém, dentro do Município de Porto Alegre, quer que o Certa dê certo mais do que nós, famílias atípicas. Vocês podem ter certeza disso. O maior e as maiores interessadas que o Certa dê certo somos nós – Érika, Sílvia, Luana, todas aquelas mães lá em cima, Melina, todas –, porque, enquanto estamos apenas ligados ao Certa, nossos filhos estão em casa sem terapias. Essa é a realidade. É vergonhoso, e eu quero agora, com um ano do Certa, ver as postagens bonitas que se fazem no Instagram a respeito do centro de referência, sendo que a realidade... Chamem as famílias, botem todas as famílias – todas! –, sem aquelas que são escolhidas a dedo, todas, coloquem numa sala enorme e deem voz para essas mães que estão lá dentro. No Certa, existe até uma salinha que é a salinha para onde quem reclama vai, para a salinha. Muita coisa errada infelizmente acontece lá dentro, e é com tristeza que eu digo para vocês que os nossos filhos, sem intervenção terapêutica necessária, vão se tornar amanhã um Denilson esquecido. E vocês negligenciando os nossos filhos, vocês estão matando as nossas mães. As nossas mães estão deprimidas, suicidas e essas mães não têm acolhimento nenhum. Nós nos acolhemos, colamos os nossos cacos todos os dias – todos os dias. (Pausa.) Este aqui é mais um clamor para que os vereadores... Tem muitos vereadores aqui, sim, que se empenham com a pauta da inclusão, e as famílias atípicas são gratas por isso, mas eu peço para que os vereadores que tomam como pauta a inclusão fiscalizem, escutem o outro lado, além do discurso bonito que vem da gestão. Vejam o que realmente está acontecendo, afinal de contas são milhões de reais de emendas para esse local, e as terapias têm que chegar para quem está na ponta da corda – tem que chegar! As terapias, tem que avisar aos gestores do centro de referência que a rotina é crucial para os autistas. Então, eles têm que ter as terapias agendadas como rotina, e não ficarem mudando os

agendamentos a toda hora, a todo instante. Nós precisamos do olhar de todos os vereadores e vereadoras desta Câmara, que se voltem para o Certa, porque nós sabemos que a demanda do Município é gigantesca, e um Certa não vai conseguir dar conta da demanda. Nós precisaríamos de um Certa em cada região, neste município de Porto Alegre. A cada 36 nascidos hoje, um é autista. O investimento de hoje são pessoas independentes amanhã.

Com relação à educação inclusiva, um agente de inclusão para cada 10 autistas nas escolas?! Quem é esse agente de inclusão? Uma pessoa de ensino médio que vão capacitar. Uma pessoa de ensino médio para cada 10 autistas. Quando eu acho que o terrorismo com a nossa comunidade não podia avançar, ele avança de forma cruel. Seguimos com uma educação inclusiva onde estamos matriculados e onde permanecemos uma hora na escola, onde a matrícula está lá, mas o pertencimento não. Voltem-se ao centro de referência, chamem as famílias para uma construção, chamem as instituições, porque nós precisamos de socorro. E eu venho há anos pedindo socorro em meu nome e em nome das famílias que não aguentam mais essa tortura, essa violência. Nós temos leis, inúmeras, e todas são ignoradas e os direitos violados. Então era isso que eu queria dizer para vocês, para respeitarem a existência de todos os autistas. Porque agora o Denilson, com 18 anos, que nunca teve nada, nada... Não existe um espaço de convivência para os jovens, se não existe o acesso à terapia. O Denilson vai morrer em casa, desassistido. É isso que vai acontecer. E ele eu consegui botar aqui. E são muitos outros Denilsons em Porto Alegre, vocês podem apostar nisso. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, público que nos assiste através das plataformas digitais, da nossa Rádio Câmara, da nossa TVCâmara e das redes da nossa Câmara de Vereadores e dos vereadores; o que a Érika traz aqui é um sentimento de todos nós, todos! De todas as mães que procuram a Defensoria Pública para ter direito a fraldas, de toda mãe que procura a Defensoria Pública para ter direito a uma alimentação especial, para ter direito ao canabidiol, para ter direito às bolsas e por aí afora, inclusive ao transporte. Realmente o que a Érika fala aqui é real. O autismo hoje está surgindo na vida das pessoas, e nós não vamos permitir, Érika, eu acredito que as famílias atípicas não vão nos permitir jamais que vire uma moda. E eu, quando vejo aqui, entre nós, o Denilson, lembro do meu fim de semana que passei com o meu afilhado e sobrinho Samuel, que é Down, como o Denilson, e autista, e que aprendeu a andar nesse fim de semana. Ele caminhava como o Mogli, o Menino Lobo, com as mãos e com os pés, e, nesse fim de semana, para a alegria de toda a família – como dizem: “andas” – , ele começou a andar, trazendo uma alegria para todos nós. Precisamos muito de políticas públicas, mais políticas públicas. Eu fiz um apelo aqui, no meio do ano, aos vereadores para que cada um doasse R\$ 100 mil para o Certa. Nós teríamos R\$ 3,6 milhões e, com

certeza, nós estaríamos com o Certa bem maior; com certeza, nós teríamos mais psicólogas, que agora vamos contratar duas, porque esta Casa aprovou na Operação Inverno. Nós teríamos mais fonoaudiólogas; nós já estaríamos não só com a planta sendo executada do Certa Mais, que vai atender crianças, que serão crianças a vida inteira, do zero à eternidade, que tem autismo. Lá nós vamos atender crianças, adolescentes, idosos; lá nós vamos ter as terapias necessárias, porque é muito grande. Mas nós plantamos a primeira semente. Há 10 meses, antes do Certa, o que nós tínhamos? Os CAPS, o São João Batista, era o que nós tínhamos, o Cerepal. Hoje, nós temos uma instituição voltada para o autismo, que tem 10 meses de nascença. Nós, famílias atípicas, sabemos muito bem o que são 10 meses de nascença; nós sabemos muito bem quando a criança está sendo amamentada e não tem um contato visual com essa mãe. Nós sabemos muito bem quando a criança está sendo amamentada e aquele leite produz cólicas inimagináveis nessa criança; e aí vai se descobrir que é alergia o que a mãe está passando para essa criança. Nós sabemos todas essas dores das famílias autistas, e acreditamos que essa criança chamada Certa está caminhando, e, em seguida, vai ter um irmão mais velho; em seguida, vai ter a disponibilidade de atender a todos: Samuel, Denilson, Lucas, Vicente, Daniela, Joana, Maria, Eliane, Rossana, e todo o alfabeto. Porque esse número que a Érika traz aqui é um número real, baseado em estudos feitos nos Estados Unidos. Nós temos uma lei aprovada nesta Casa, que é o censo autista, pois nós queremos ter o número real de crianças autistas, crianças que nascem com autismo na cidade de Porto Alegre. Nós queremos saber, quando a criança nasce já, para ela poder ter esses acompanhamentos. O Certa é uma realidade que veio para ficar. Como qualquer órgão público, vai ter críticas. Como qualquer órgão público, não é o que a gente espera. Tanto que nós temos um projeto aqui hoje que entrou na Ordem do Dia, que é a questão dos obesos que não conseguem fazer a bariátrica. O SUS tem bariátricas disponíveis, mas eles não conseguem fazer em função da burocracia do Sistema Único. Agora, eu quero afirmar que, pela lei que nós apontamos nesta Casa, ninguém pode tirar ele de nenhum tipo de terapia na área da saúde, porque o guarda-chuva de tudo é a saúde. O guarda-chuva de todo o sistema de autismo em Porto Alegre, que esta Casa aprovou com várias leis, é a saúde. Não é a educação. Não tem, o autismo, a pessoa nasce com ele e morre com ele, não tem cura. Tem evoluções que é o que a gente procura para os nossos filhos. Tem o autista que começa a falar através das terapias, tem o autista que, como o meu afilhado, sobrinho, começa a andar através do incentivo das terapias. Para os colegas saberem, quando a gente insiste muito na questão de o autismo ser público, porque cada decisão do Ministério Público, cada decisão que a Defensoria ganha, isso custa aos cofres da Prefeitura de R\$ 18 mil a R\$ 24 mil. Nós queremos que esse dinheiro, Ver. Mauro Pinheiro, Presidente desta Casa, venha para a causa do autismo. Nós queremos que esse dinheiro venha para o autismo, em vez de estar sendo dado para clínicas particulares, para clínicas privadas, que esse dinheiro venha para o público. Somente vamos ter essa autonomia real das crianças autistas, quando nós tivermos todas as terapias, e tu estás correta aqui, disponível no público. Para fazer isso, nós precisamos de dinheiro. Precisamos que o Presidente Lula reconsidere o seu veto, que se transforme Certas em todas as cidades do Rio Grande do

Sul, e que a gente não precise, não só como a Érika disse, nós precisamos de Certa em todas as regiões de Porto Alegre. O ideal seria ter Certas em todas as regiões do Orçamento Participativo, e não se tem recurso para isso. Esta Casa, com as nossas emendas impositivas, esta Casa com a sobra que devolvemos para a Prefeitura no final do ano, esta Casa com os recursos que nós temos, pode muito bem, junto com o Executivo municipal e estadual, ajudar essas famílias a alcançarem os tratamentos e as terapias. Nós estamos à disposição para ajudar no que for necessário, agora, o Certa é um embrião, como nasceu o SUS, lá na Constituição de 1988, que recebe críticas até hoje. O que seria de nós, se não tivéssemos o SUS? É um embrião que vai dar certo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PRD): Boa tarde, quero saudar o Presidente desta Casa; saudar também a Sra. Érika Rocha, do Projeto Social Angelina Luz; saudar os demais vereadores; o público que está aqui presente; os colegas servidores da Guarda Municipal; e aqui desse lado eu vejo o pessoal do autismo, as famílias autistas, as famílias atípicas. Eu quero, Érika, me somar a essa tua causa do autismo, para mim é uma causa nobre, importante, necessária, por isso que estou aqui neste Parlamento como a primeira psicóloga, em defesa da saúde mental. Inclusive eu vi que está, em cima da mesa de cada vereador, o Diário Azul, 3ª edição, do meu querido amigo, Igor e Ana Carolina, e eles me fizeram o convite para participar da 4ª edição, para escrever um capítulo sobre a saúde mental. Isso tudo que tu falaste, Érika, é saúde mental, também das mães, dos pais atípicos. Nós estamos no mês de abril, conhecido como o Mês de Conscientização Sobre o Autismo, então é um mês dedicado para uma série de realização de eventos, de atos. Amanhã, já quero deixar o convite para as famílias atípicas que estão aqui, amanhã teremos, das 10h até ao meio-dia, a COSMAM, que é a comissão de saúde desta Casa, e o tema será o Transtorno do Espectro Autista, estaremos trazendo especialistas para debater, inclusive também debater sobre a questão do Certa. Também amanhã, ao meio-dia, a nossa equipe estará no Centro de Porto Alegre, na frente do Mercado Público, estaremos também entregando *folders*, materiais gráficos sobre o que é o autismo, como identificar sinais, sintomas, e o tratamento. Divulgar também que, no dia 23 de abril, nós teremos o terceiro seminário sobre o Transtorno do Espectro Autista, na sede da Amrigs – Associação Médica do Rio Grande do Sul, que estará trazendo especialistas na área para debater esse tema.

Sobre a questão que a Angelina trouxe, sobre o tratamento, é importante referir também a inclusão. A inclusão nas escolas é um assunto tão importante para as famílias atípicas, e muitas mães me procuram referindo que às vezes sentiam dificuldade com os monitores em sala de aula, ou porque não tinha monitores, ou porque, quando tinha, às vezes não eram qualificados. Nesse sentido, eu tenho muita alegria de dizer que nós contratamos agora, o governo Melo, a Abess – Associação Brasileira de Educação,

Saúde e Assistência Social, que contratou 357 agentes de educação inclusiva, que são os monitores, para realizar essa inclusão nas escolas, o que também é muito importante. Eu tenho relatos de mães que muitas vezes o seu filho ficava no colo, ou de um monitor, e não tinha nenhuma estimulação, e isso está errado, nós precisamos trabalhar a questão da inclusão nas escolas. As crianças autistas precisam estar nas escolas e ter esses monitores.

Sobre a questão do Certa, dizer para ti, Érika, que o Certa está engatinhando, está caminhando, nós estamos há 11 meses de implantação do Certa, ele foi implantado em maio do ano passado, ou seja, no próximo mês vai estar completando um ano, e nós não tínhamos, em Porto Alegre, um dispositivo nesse sentido, como tem o Certa. Tínhamos os CAPSIs, que são os CAPS para a infância, mas um Centro de Referência do Transtorno Autista é algo inovador. Então ele é um serviço novo, é um serviço pioneiro, e, claro, como está começando, certamente precisa de ajustes, mas é um serviço que tem todas as especialidades, é sobre isto que eu quero chamar atenção: tem neuropediatra, psiquiatra da infância, psicólogos, terapeuta, fonoaudiólogo, psicopedagogo, pedagogo, fisioterapeuta, assistente social, enfermeiro e nutricionista. É uma equipe completa para atender ao autista, que muitas vezes as mães sofriam para buscar esses tratamentos, muitas vezes dependendo do transporte coletivo, e lá no Certa tem tudo. Tenho informação também que no Centro de Referência do Transtorno Autista, segundo pesquisas e levantamentos que são realizados lá, em torno de 10% dos casos que chegam, Érika, são de crianças que não são autistas, que não têm um diagnóstico de autista, então acho que isso também é um dado importante para conhecimento e reflexão. Hoje, o Certa tem em torno de 278 crianças, quase 300 crianças, ainda é pouco. O Certa é de 0 a 12 anos, ainda é pouco com certeza. Quais são os nossos desafios? Eu percebo que precisamos ter mais um Certa infantil, aí teria que pensar, se na Zona Sul ou na Zona Norte; por isso que é importante nosso projeto do censo para vermos se temos mais autistas na Zona Sul ou na Zona Norte; precisamos, sem sombra de dúvida, de mais um Certa infantil e um Certa adulto, um Certa Mais, como a gente diz, acima de 12 anos. Esses, com certeza, são os nossos desafios. Com a implantação do Certa ficou evidente a importância desse tema para ser trabalhado no Município de Porto Alegre. Eu tenho certeza de que o nosso prefeito Melo é muito sensível a esta Casa. Muito obrigada, parabéns pelo debate.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Muito bem, Sílvia, Érika, Denilson – tua fala foi forte, muito forte, incisiva, indignada, absolutamente legítima e justa. Vieste aqui com esse propósito, fizeste muito bem. Já passou da hora de tratarmos verdadeiramente as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, com deficiência, como cidadãos plenos dos seus direitos. Elas são apenas, digamos, diferentes. É desumano o que se faz hoje, o tratamento que tem recebido do poder público. É certo que a iniciativa do Certa é recente, mas já demonstrou que a sua gestão está extremamente deficitária. Precisamos mudar essa gestão, não é mais tolerável ser discutida a negligência a que essas

peças e suas famílias, especialmente as mães, que no geral são a maioria, de quem cuida... Portanto, quero dizer que nós estamos contigo, nós estamos com vocês, que vêm aqui nesta Casa fazer essa denúncia, porque é uma denúncia, o tratamento que vocês têm recebido do poder público. Quero dizer que vocês, que essa luta pela qualidade de vida, por cidadania das nossas crianças e jovens – nós todos deveríamos estar aqui enfileirados dizendo que entendemos e que precisamos estar com vocês para alterar essa gestão e verdadeiramente tratar essas pessoas, no geral jovens e crianças, como cidadãos plenos de direitos. Parabéns!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, muito obrigado; Sra. Érika, Sra. Sílvia, Denilson; de fato, a fala da Érika impactou, e muito. Mesmo porque muitos dos vereadores aqui, inclusive eu, colaboraram com emendas para o Certa, o que não quer dizer que não faríamos novamente, mas a necessidade de fiscalização existe e é uma das nossas atribuições. Nós somos legisladores e fiscalizadores, fiscais do Executivo em todas as áreas. Eu confesso que me surpreendi, porque essa é uma área onde não se imagina o desleixo, onde não se imagina a falta de consideração, onde não se imagina o tratamento desumano, onde não se imagina a fila interminável e o esquecimento de ser chamado; é uma área onde não se imagina isso, mas nós não temos nada que imaginar, nós temos que olhar. O seu alerta da tribuna foi excepcional, foi muito bom, muito importante, porque não se pode partir, em casos assim, da boa-fé, lamentavelmente. Nós temos que verificar, exigir, e ver como a senhora disse, com as famílias, quem, de fato, tem o atendimento prometido e a grande maioria que não tem. Parabéns pela sua vinda, pelo seu pronunciamento e pelo alerta que finalmente nos faz. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, quero cumprimentar a Érika, do projeto Angelina Luz, uma guerreira, está à frente do projeto dos autistas, sempre na luta, todos os anos a gente consegue que tu estejas presente na Câmara para falar, falar e falar, porque é tão importante a gente falar. Mas mais importante é a gente conseguir minimizar, a cada ano – já que a gente não consegue de uma forma como a gente gostaria que acontecesse –, que a gente consiga aos poucos ir melhorando. Eu ouvi atentamente a tua fala, acho que nós temos muitos problemas, sim, no Certa, mas ele é o início de uma construção. Nós precisamos de muitos Certas, porque cada ano que passa nós temos mais crianças autistas, infelizmente, e nós precisamos poder dar esse atendimento, porque nós sabemos da luta das mães, das famílias para conseguir o direito – que é seu direito – de serem atendidas. Agora no sábado, eu fui fazer a entrega

do coelhinho da Páscoa numa comunidade, em várias, mas numa comunidade em especial, a mãe não pôde ir e não pôde levar o menino porque ele estava em surto. Então, uma criança num grau três, num grau avançado de autismo que não podia estar ali junto com os outros amigos, porque estava em crise, e esse menino nunca foi atendido – está numa fila de espera, ele tem 11 ou 12 anos e está aguardando atendimento. E isso não é desta gestão, isso é de várias gestões, de muitos anos de falta de um olhar mais atento para que a gente possa realmente... A gente sabe que tem muitas demandas dentro da questão da saúde em várias especialidades. Nós temos a oncologia, nós temos a traumatologia, mas ali nós estamos falando de crianças que são a nossa base e que precisam, sim, desse atendimento. A gente vem construindo, acho que o Certa tem alguns ajustes para serem feitos, sim, mas eu acho que ele é o caminho, ele é o início de uma construção de futuro; como disse a Ver.^a Tanise, em outras regiões da cidade, que nós possamos ter outros Certas. Que a gente possa ajudar nessa construção através de emendas, através de pedidos de ajuda para os nossos deputados e tudo que se puder fazer para que a gente tenha outros centros, porque o número de crianças aumenta, então, nós temos que ter também um maior número de atendimento. Quero te dizer parabéns pelo teu trabalho, parabéns pela tua fala, que tu nunca te cales, e que a gente possa estar sempre nesta caminhada fazendo cada vez melhor para minimizar esse sofrimento das nossas crianças, porque eles merecem a dignidade de serem atendidos, tanto na sala de aula quanto na saúde. Um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Obrigado, Presidente Mauro Pinheiro, eu queria cumprimentar a Mesa iniciando aqui um abraço ao Denilson, à Sílvia e a você, Érika, que foi aqui muito real, muito forte, muito incisiva. E eu, como um pai autista que sou, sei que, se não começar precocemente com terapia, terapia e terapia, essas crianças não receberão um direito adquirido. E aí eu queria aqui destacar dois pontos, um que a senhora falou e outro que a senhora não falou. Tem uma lei municipal e uma lei federal que obrigam, que determinam que, em todas as escolas públicas, tenha um profissional para dar o acompanhamento, porque é ali que muitas vezes é identificado que as crianças são autistas ou não são autistas. Nós, mesmos, foi através da escola que acabamos identificando, e como tenho outros dois sobrinhos também autistas, então a gente acompanha no dia a dia. Mas nesta Casa, desde 2005, ainda quando não se falava na invisibilidade que era o autismo... Hoje o autismo está numa caminhada para sair da invisibilidade. Quando o Ver. Claudio Janta trouxe a proposta inicial para criar o centro, nós não só debatemos como votamos aqui por unanimidade, e aí me ocasiona uma grande surpresa a sua fala, porque o prefeito Melo veio aqui na semana passada e está chegando de novo para entregar um relatório de tudo o que foi feito, e olha o que está escrito no relatório da saúde, no item 85, Prometa, que é implantar o Centro de Referência do Transtorno Autista e o seu funcionamento: realizado 100%. A sua fala remete a que essa

informação não é verdadeira, então nós precisamos, como vereadores, fazer essa cobrança, porque a nossa parte, de criar o centro e organizar, a gente fez, e é surpresa para mim, talvez uma falha minha de não estar lá acompanhando mais próximo – minha e do meu partido, e eu falo aqui em nome do Partido dos Trabalhadores, dos vereadores Adeli Sell, Jonas Reis e Aldacir Oliboni. Então fica aqui esse tema. Bem como, há pouco tempo, quando se discutia a liberação ou não do canabidiol aqui foi uma guerra com a visão terraplanista, uma visão conservadora de não querer deixar importar o canabidiol, dizendo que isso aí era a questão da maconha e outras questões mais. Então nós precisamos enfrentar esses temas. Certamente hoje falo também para os metalúrgicos da Grande Porto Alegre como para a Guarda Municipal, e muitos estão na sua sede. Um grande abraço. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde Érika, Denilson e Sílvia. Saudando vocês, saúdo também a todas as famílias atípicas que se encontram aqui e estão aí na nossa Porto Alegre. Agradeço aos colegas das bancadas de oposição – PT, PCdoB e o meu partido, PSOL – por poder manifestar nesse momento. No ano passado, recebi uma denúncia de uma colega, professora especializada, de que o Certa – Centro de Referência do Transtorno Autista – tinha problemas. E, utilizando da tribuna, fiz a denúncia de que essa instituição importantíssima não pode ter viés medicamentoso. O viés terapêutico, a estimulação precoce é fundamental, os profissionais capacitados para prestar o atendimento às famílias é que deveriam ser os norteadores e não a via medicamentosa. Boa parte dos encaminhamentos feitos pela educação requer uma reavaliação e, em muitos casos, eu não digo a totalidade, mas na maioria dos casos, de acordo com a denúncia, aumentava-se a dosagem da medicação. E, quando os estudantes se desorganizavam no Certa, eles eram afastados dos estudos, afastados das rotinas escolares. Que tipo de educação inclusiva é essa em que uma criança que precisa do convívio, precisa estabelecer vínculos é afastada? Portanto, eu peço atenção dos vereadores e vereadoras que talvez não tenham tido a possibilidade de escutar a tua fala com atenção que tu não vieste aqui contra o Certa. A Ver.^a Comandante Nádia talvez esteja meio confusa, a Érika não é contra o Certa, as famílias que estão aqui não são contra o Certa; elas querem que o Certa funcione e atenda da melhor forma possível, que é justamente por isso que ele foi criado aqui no plenário, proposta do Ver. Claudio Janta aprovada por unanimidade, como destacou o Ver. Eng^o Comassetto. Todos somos a favor do Certa, mas um Certa que funcione, um Certa que atenda, um Certa que não encha as nossas crianças e adolescentes de medicamento para gerar um problema ainda maior, que é justamente o processo de exclusão da sociedade. Nós queremos atendimento e, por isso, saúdo muito a tua participação e a tua atitude de instigar esta Câmara Legislativa que, como muito bem destacou o Ver. Pedro Ruas, é órgão fiscalizador, e nós precisamos estar

lá na ponta para verificar como esse serviço está sendo prestado. Parabéns e muito obrigado por ter vindo aqui. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente, colegas vereadores, Érika – presidente do Projeto Social Angelina Luz –, mães atípicas, famílias que estão aqui, eu quero dizer para vocês: que bom que nós temos o Certa. Se não tivesse o Certa, nós estaríamos com mais problemas ainda, e foi a gestão do Sebastião Melo que colocou o Certa. Isso a gente tem que dizer, a gente não pode esconder. Que bom que o Certa existe! O Dr. Alceu Gomes tem mais de 20 anos de atuação com autistas, com família, tem dedicado a sua vida profissional com muito amor, com muito profissionalismo – é bom a gente não deixar que as famílias sejam usadas –, diferente de um Presidente da República que disse que autista tem um problema de parafuso.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Estou mentindo? Não sejam usados. Tem a fala do Presidente dizendo que criança autista tem problema de parafuso. Uma vergonha um Presidente da República falar isso sobre crianças e adolescentes com autismo. Vocês não deixem ser manipulados. Autistas não são doentes, são pessoas especiais que devem todo o nosso respeito, atuação na saúde, na assistência. E eu vou dizer, o Ver. Janta e outros vereadores, temos uma lei aqui que ajuda as famílias para que o diagnóstico seja permanente, Érika, porque todo ano vocês tinham que renovar. Lembra? Todo ano, as famílias autistas tendo que renovar um diagnóstico para conseguir os seus direitos. Esta Câmara reformista, com muita vontade, fez uma lei que hoje facilita para todas as famílias, o diagnóstico é permanente, não precisa mais gastar tempo, não precisa mais perder tempo na fila.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Vocês não queriam o diagnóstico permanente? Tenho certeza de que queriam. Não estão prestando atenção. Mas eu vou dizer, é nesta Câmara que as coisas têm acontecido, e que bom que vocês vêm falar, porque eu me lembro de ti, em outros anos, falando que não tinha o Certa, que não tinha um local, e agora temos. Que bom! E que o Certa melhore mais ainda e que tenhamos mais médicos como o Dr. Alceu para tratar, para cuidar, para reconhecer, diagnosticar rapidamente crianças autistas. E que nós possamos ter o Certa para os maiores, logo em seguida. Quero só encerrar, se eu puder. Quero dizer que o deputado federal Zucco encaminhou R\$ 1,65 milhão para o Certa, para melhor atendimento das famílias, isso tem que ser dito. Obrigada, Presidente, colegas vereadores. Parabéns às

famílias que escutam... (Vaias.) Parabéns às famílias que escutam e que estão aqui pelo bem das crianças e dos seus filhos, não por aqueles que estão sendo usados politicamente. Obrigado, Presidente. (Vaias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, Érika. Olha, por mais que eu tentasse vir aqui em palavras expressar o que eu senti, quando tu fizeste o teu depoimento, seria pouco, porque eu procuro entender o que tu estás sentindo. Realmente, precisamos melhorar, eu acredito nisso, o Certo tem que melhorar, é o que temos, mas precisamos melhorar. É que nem o SUS, precisamos colocar dinheiro. Eu acredito que o teu depoimento é extremamente importante, porque tu vives ali na ponta e tu tens que compartilhar isso conosco, tu tens que nos ajudar a saber onde nós podemos acertar. Conta comigo, conta conosco. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Mauro Pinheiro, também quero cumprimentar a Érika, presidente, e dizer que eu tive uma tia que morreu aos 62 anos de idade, Ana Maria Bins Ely, ela era da APAE, no caso. Inclusive trabalhou no McDonald's, entregava mostarda, *ketchup* nas mesas. Eu acho muito importante, muito relevante esse trabalho, quero me solidarizar à causa de vocês em meu nome e falo também em nome do Ver. João Bosco Vaz, que me pediu; em nome da nossa bancada, quero cumprimentar vocês por esse trabalho da Angelina Luz, o projeto. Contem conosco que o que estiver ao nosso alcance em favor de políticas públicas que possam contribuir na destinação de recursos para a causa de suporte às famílias que têm seus filhos com autismo, a gente conhece essa realidade. Hoje a minha tia já se encontra no Oriente Eterno, já faleceu, mas realmente existe todo um envolvimento familiar. Então, a gente sabe e se solidariza, cumprimentando vocês no dia de hoje pela causa e a bandeira que vocês carregam. Um abraço fraterno da bancada do PDT, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Está encerrada a Tribuna Popular. Agradecemos a presença da Sra. Érika Rocha, presidente do Projeto Social Angelina Luz. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h09min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (15h13min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje, este período é destinado a homenagear o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre, nos termos do Requerimento nº 046/24, de autoria do Ver. Engº Comassetto.

Convidamos para compor a Mesa: Sr. Adriano Filippetto, presidente; Sr. Jurandir Damin, ex-presidente; Sr. Claudir Nespolo, superintendente do Ministério do Trabalho e ex-presidente do Sindicato.

O Ver. Engº Comassetto, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente Mauro Pinheiro; meus colegas vereadores e vereadoras; todos que nos assistem pela TVCâmara, pelo Rio Grande do Sul; prezados visitantes aqui da Câmara Municipal de Porto Alegre; quero cumprimentar aqui a direção do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre. Quero cumprimentar o Filippetto – um grande abraço da Câmara Municipal de Porto Alegre; o Claudir, nosso superintendente regional do Ministério do Trabalho do Rio Grande do Sul e também ao Jurandir, que são dois ex-presidentes. Prezados, esta homenagem aqui hoje ao sindicato mais antigo da história do Rio Grande do Sul muito me honra, é uma oportunidade para que nós possamos aqui fazer esta justa homenagem nos seus 93 anos e também fazer uma reflexão da importância da luta permanente dos trabalhadores e do papel histórico que devem ter os sindicatos na representação e na disputa da sociedade. O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre foi o primeiro sindicato de classe a ser criado no Rio Grande do Sul, em 19 de março de 1931. Então, com o nome de Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre, era formado por um pequeno grupo de militantes da antiga União dos Metalúrgicos que, naquela época, teve que tirar dinheiro do seu bolso para poder montar a sua organização sindical. O primeiro presidente foi José Baldelino de Lemos, que ocuparia esse cargo por outro outras duas gestões. Em 5 de dezembro de 1941, o sindicato passa a se chamar Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, e, em 1945, na era Vargas, recebe a carta sindical. Em 1947, após alguns movimentos grevistas do sindicato, esse sofre uma intervenção, o governo destitui a diretoria e coloca no seu lugar uma junta formada por um representante do Ministério do Trabalho, um do Círculo Operário e um da Federação dos Metalúrgicos. A intervenção dura até 1950, e uma nova diretoria eleita em dezembro daquele ano, tendo à frente José César de Mesquita, Presidente Mauro, que também foi vereador e também foi presidente desta Casa e hoje empresta seu nome para a escola lá na Zona Norte, a Escola Técnica José César de Mesquita, que é administrada pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Então, nesse período, nos anos 1960, é lançada a Campanha do Mais Um, em que eram premiados os associados que sindicalizassem novos sindicalistas. Três acordos coletivos foram firmados naquele ano, sendo que do último foi tirada uma cota para a construção do *Ginásio Misto Industrial*, onde hoje é a *Escola*

Técnica José César de Mesquita. Na mesma época, começa a construção da colônia de férias dos metalúrgicos lá na praia de Cidreira. Em 23 de abril de 1964, o Sindicato dos Metalúrgicos sofre uma intervenção, dessa vez sob o nefasto regime da ditadura militar. Ditadura militar esta, Sr. Presidente, que hoje, no dia 1º de abril, que na verdade o golpe de 1964 foi dado na noite de 31 para 1º de abril, deixou marcas profundas na sociedade brasileira, com tortura, com cassação de direitos, com perseguição a presos políticos, nosso líder, Ver. Robaina. Dizendo isso, nós não podemos esquecer das atrocidades que a ditadura militar cometeu, e, neste momento, o debate é o seguinte, Ver. Oliboni: nenhuma anistia! Temos que apurar os crimes daquela época e os crimes de hoje, que são cometidos neste País.

Portanto, quero dizer que, naquele período, os membros da diretoria, então, são afastados e assume uma junta. Vejam só, Ver. João Bosco Vaz, para comandar um sindicato, foi designado um general, um capitão e um major. Eles devem entender tudo de metalurgia, porque fizeram, naquele período, Ver.^a *Abigail*, o povo trabalhador nas masmorras, e nós não podemos esquecer disso ao longo de sua história. Poderia falar muito mais aqui, mas gostaria de dizer que somente em 1966 é realizada nova eleição para a diretoria. Com o debate, os diretores são obrigados a apresentar sabe o quê? Atestado de ideologia, Ver. Pedro Ruas, que era fornecido pelo DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Na verdade, nós dois gostaríamos – não é, Giovani? –, da nossa bancada, Ver. Comassetto, de prestar essa homenagem tão significativa, com as presenças aqui do presidente atual e dos dois ex-presidentes dessa entidade que nos orgulha, o primeiro sindicato do nosso Estado. Nesse período, inclusive, Ver. Comassetto, em que se relata aqui os 60 anos do golpe, essa descomemoração que a gente faz, esse sindicato sofreu as agruras do regime militar, teve seus dirigentes cassados, viveu o período do estatuto padrão e mesmo assim foi resistente, representou a classe dos trabalhadores e das trabalhadoras, apostando na formação da nossa classe quando criou aquela escola – isso nos orgulha, Claudir. Temos o maior orgulho desse sindicato. Quero aqui, Filippetto, Jurandir, que está aqui conosco também, dizer que essa categoria transforma e faz a transformação, sofrendo o que sofreu. Nós temos esse processo de desindustrialização e que ainda extrai mais-valia do que extraía antigamente, e que não valoriza os profissionais que trazem para dentro das empresas a terceirização, a quarteirização, que fazem os trabalhadores amargar uma reforma da previdência, uma reforma dos direitos dos trabalhadores quando rasgou a nossa CLT. Portanto, ter um sindicato hoje com os seus três presidentes aqui conosco, esse sindicato que verdadeiramente representa a nossa classe, é de muito orgulho. Parabéns, Ver. Comassetto, por essa bela homenagem! Parabéns aos dirigentes! Parabéns à classe trabalhadora! Em nome do PCdoB, do Ver. Giovani e da Ver.^a Biga, cumprimentamos todos vocês. Um grande abraço.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Ver.^a Biga.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Presidente Mauro Pinheiro, eu queria cumprimentar o Adriano, presidente atual do sindicato; e queria saudar o Claudir, que eu vejo mais vezes, mas, especialmente, o Jurandir Damin, que é da velha-guarda, embora ainda novo, mas é da velha-guarda do sindicato e, para mim, é uma honra que o Jurandir esteja aqui conosco, Presidente Mauro. Com o Jurandir, eu tive a satisfação de poder aprender muito com ele, nos anos 1980, eu acho que foi ali em 1987/1989, eu não me lembro exatamente o período em que ele foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, mas foi parte muito importante da vanguarda da classe trabalhadora brasileira, naquele momento. Eng^o Comassetto, eu acho que, neste dia, fazer homenagem ao Sindicato dos Metalúrgicos, num dia como hoje, tem uma importância enorme, não só porque, há 60 anos, nós tivemos um golpe, nós tivemos um golpe militar, e naquela oportunidade foi vitorioso, felizmente tivemos agora uma tentativa de golpe em 8 de janeiro, que foi derrotada, mas a essência desses dois projetos sempre foi a mesma, derrotar os sindicatos, impedir que os trabalhadores se organizem. Por isso é tão importante fazer essa homenagem no dia de hoje. Fazer essa homenagem no dia de hoje, realmente, é um momento especial, porque é o momento em que é necessário afirmar a importância da organização da classe trabalhadora e dos sindicatos, dizer que a ditadura militar, há 60 anos, conseguiu, sim, produzir uma derrota histórica da classe trabalhadora, mas recentemente eles não conseguiram, e homenagear o Sindicato dos Metalúrgicos, num dia como hoje, realmente, é importante.

Parabéns ao sindicato, parabéns aos ex-presidentes, e obrigado, Mauro, pela oportunidade.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Obrigado, Ver. Roberto Robaina pelas suas palavras.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Caríssimo Eng^o Comassetto; Presidente; nossos nobres militantes oriundos da luta sindical dos metalúrgicos, metalúrgicos aqui presentes; telegraficamente, vida longa a esse sindicato, continue nessa cruzada pela liberdade e pela democracia. Se não fossem vocês e tantos outros lutadores, não estaríamos hoje aqui festejando a liberdade e autonomia sindical. Muito obrigado. Vida longa ao Sindicato dos Metalúrgicos!

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Ver. Adeli.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Eng^o Comassetto prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT): Quero agradecer ao Ver. João Bosco Vaz, que é do PDT e que traz, na sua luta, o trabalhismo nacional, quando o Sindicato dos Metalúrgicos recebeu a carta sindical das mãos, do então, PTB, de Vargas. Muito obrigado, João Bosco Vaz.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Eng° Comassetto, eu queria saudar aqui o Jurandir, o Claudir e o presidente do sindicato, dizer que eu que fui metalúrgico de 1982 até 1985, depois saí da categoria e fui para outro ramo. Hoje, o que nós vemos esses jovens que entraram no mercado de trabalho terem, foi conquista árdua nossa, dos sindicalistas, principalmente na década de 1970 e na década de 1980: 13° salário, licença-maternidade, férias, 1/3 de férias – tudo isso veio da luta sindical. Nós ficamos sofrendo por seis anos com a ameaça de destruir o sindicato. Nós provamos que nós não precisamos de contribuição imposta, nós precisamos que os trabalhadores que são beneficiados pelos sindicatos contribuam com esse sindicato. Quem é beneficiado pelo dissídio, quem é beneficiado pela CIPA, por uma série de leis que nós fomos os precursores, que contribua para o sindicato. Tenho certeza que os metalúrgicos há muito tempo discutem isso, de não ter a compulsiva, mas que o trabalhador mesmo vá e contribua para o seu sindicato, porque é por ele que é beneficiado. Vida longa ao Sindicato dos Metalúrgico de Porto Alegre, um sindicato que tem sido uma trincheira há décadas e décadas, dos trabalhadores e suas famílias. Muito obrigado.

VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Ver. Claudio Janta.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Comassetto, cumprimentos pela sua homenagem. Independente de coligações partidárias, de ideologias, quero fazer aqui um reconhecimento ao Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Eu sou lá da Zona Norte, o sindicato atua na Zona Norte, atuou muito forte lá na Zona Norte, tinha o Colégio Mesquita, que era um orgulho e é de aprendizado. Então eu queria dizer aqui, dar o testemunho da minha admiração ao sindicato, aos sindicalistas, a quem coordena o sindicato, e que continue, o sindicato é importante – às vezes, eu sou tachado de direita, às vezes de ex-comunista do partidão, mas o sindicato é importante. Eu quero fazer essa declaração aqui, dizer que na Zona Norte eu participei até de reunião dançante lá na sede do sindicato, de bailes, de casamentos, a sede estava aberta para toda sociedade. Então é uma porta aberta para todo mundo, para quem é sindicalizado, para quem precisa do sindicato, para quem luta por uma causa justa. Parabéns.

VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Ver. Cecchim. Sr. Presidente, para concluir, gostaria de dizer aqui que, em 1991, o Sindicato dos Metalúrgicos, por decisão geral, por unanimidade da sua assembleia-geral, filiou-se à

Central Única dos Trabalhadores. Central Única dos Trabalhadores, esta que, na última semana, apresentou para o setor industrial uma proposta para se enquadrar na nova política de desenvolvimento do Brasil, principalmente no Polo Metal Mecânico. O Presidente Lula, que foi sindicalista originário do ABC, que também durante a ditadura militar, do dia 19 de abril ao dia 21 de maio de 1980, ficou 31 dias preso, pela força da repressão. Mas o mundo é redondo, dá voltas. Neste momento, o Presidente da República, Ver. Cecchim, traz o maior investimento exterior para fazer a transição energética do mundo automobilístico no Brasil, e a Central Única dos Trabalhadores já sentou com a FIERGS na última semana, apresentando uma proposta, porque nós temos que girar e distribuir riqueza. Se os trabalhadores tiverem renda, terão uma vida e uma economia saudável neste País, com os seus direitos democráticos garantidos. Por isso, vida longa ao sindicato, que até hoje fez história e certamente continuará à frente para garantir que todos aqueles direitos que, na última década, foram retirados dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil sejam reconquistados. Então, aqui, em nome da Câmara de Vereadores, um grande abraço ao Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre, pelos seus 93 anos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Convido o Ver. Engº Comassetto, proponente da homenagem, que proceda à entrega do diploma. Registro a presença da sempre vereadora, Margarete Moraes.

(Procede-se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Sr. Adriano Filippetto está com a palavra.

SR. ADRIANO FILIPPETTO: Boa tarde a todos e todas, quero fazer alguns agradecimentos. Antes de tudo, quero agradecer à nossa classe metalúrgica, porque a força do sindicato é a força da sua categoria; agradecer aos trabalhadores que trabalham no sindicato, à nossa direção, porque hoje a homenagem é pelos 93 anos do sindicato, mas o presidente só está aqui representando, quem faz a nossa luta são a diretoria, os trabalhadores e a classe metalúrgica; aos nossos ex-presidentes, Claudir e Jurandir, que fazem parte dessa história, a gente não chegou até os 93 anos sozinhos, teve uma trajetória até aqui; agradecer aos nossos advogados, o escritório Woida, que são muito mais do que advogados, são amigos, são parceiros de luta, parceiros nessa caminhada – durante esses 93 anos sempre estiveram junto com a gente.

São 93 anos de luta do sindicato! Como disseram, o sindicato foi fundado em 1931, quando foi criada a regulamentação dos sindicatos. Por que o nosso sindicato foi o primeiro sindicato criado, classista, do Rio Grande do Sul? Porque já havia uma organização dos trabalhadores, não foi um sindicato criado simplesmente a partir daquela lei de 1930, foi um sindicato criado através da luta dos trabalhadores e, aí sim, em 1931, foi assinada a carta sindical do sindicato. São 93 anos de histórias: histórias boas, histórias

ruins, que a gente tem que conhecer, mas que não pode repetir, tudo que a gente fez de errado, o sindicato nunca pode esconder, o sindicato tem que olhar, fazer uma reflexão e mudar durante a sua história. São histórias de alegrias, de tristezas, mas, acima de tudo, são histórias de lutas, de lutas pela classe trabalhadora. A gente está vendo aqui as mães das crianças, a gente está vendo o pessoal, os metalúrgicos, do outro lado ali a Guarda Municipal, hoje eles têm uma luta aqui nesta Casa, e a gente não pode se dividir enquanto metalúrgico, enquanto guarda municipal; nós somos, sim, a classe trabalhadora, a luta de vocês é a nossa luta, assim como a luta dos metalúrgicos tem que ser a luta de vocês. O que nos divide são os patrões, são os que querem nos tirar os direitos, e a gente tem que olhar que nós somos a classe trabalhadora e temos que estar unidos. Quando os metalúrgicos saírem em marcha, os guardas municipais precisam olhar e saber que do outro lado tem pais de família, tem trabalhadores lutando pelos seus direitos e pelas suas famílias. Então, a categoria metalúrgica, o nosso sindicato não atua só na sua categoria, só nas suas fábricas, mas sim a gente atua na comunidade. A gente viu aqui um vereador falando da história da luta na Zona Norte, que ele é morador de lá. O nosso sindicato atua nas vilas, faz trabalhos sociais; o nosso sindicato atua nessas casas, atua com os deputados estaduais, federais, senadores, porque a gente sabe que a política influencia para a classe trabalhadora. A gente não pode ficar alheio à política, o sindicato não pode ser utilizado para política, mas tem que, sim, lutar e lutar sempre em defesa dos trabalhadores; lutar para modificar a política, lutar para a política ser realmente a favor da nossa classe e não ser manipulada por quem está lá defendendo a burguesia e os patrões. O nosso papel vai muito além da porta de fábrica, o nosso papel é social; de nada adianta o trabalhador ter um local seguro na fábrica, mas não ter, muitas vezes, um leite para dar para o seu filho. A gente não pode ficar alheio a essas situações, se o sindicato tiver que ir na casa do trabalhador, tem que ir; se tiver que fazer um trabalho na vila, tem que ser feito; esse é um sindicato correto.

O último governo federal tirou, fez uma reforma que a gente não pode chamar de reforma, porque reforma é para transformar alguma coisa em algo melhor. Deformou, sim, a CLT, tirou direito dos trabalhadores, e lá tirou o imposto sindical, e nós, a CUT também, sempre fomos contra o imposto sindical. Sindicato forte se mantém com associado, se mantém com contribuição mensal dos associados, não precisa de um imposto. Mas a gente sabe que, quando aquele governo tentou fazer a reforma trabalhista, tentou tirar o imposto sindical, não foi para me atacar, para atacar o sindicato, mas foi, sim, para tirar a ferramenta que defende a classe trabalhadora, foi para os trabalhadores negociarem direto com os patrões, dizendo que os trabalhadores têm autonomia. Qual trabalhador consegue negociar direto com seu patrão sem ser ameaçado, sem ser demitido? Nenhum.

Então é fundamental sindicatos fortes não só dos metalúrgicos, mas todos os sindicatos, e que os sindicatos sejam cobrados por sua categoria para fazer a luta. Sindicato que não faz a luta para sua categoria a gente também não defende; a gente quer sindicato, sim, forte e que defenda a sua classe. Agora, o sindicato hoje está fazendo 93 anos, eu vou passar, assim como o Jurandir, como o Claudir, como a nossa diretoria, os

próximos que vierem têm que seguir a luta, e a luta correta; tanto eu quanto a diretoria não podemos ser coniventes com quem não faz a luta correta. A gente entra para o sindicato não para tirar benefício próprio, mas, sim, para defender os nossos colegas, para fazê-los crescerem, e se o trabalhador da fábrica crescer, o sindicato vai crescer junto. Sindicato forte é trabalhador unido! Então muito obrigado a todos e a todas, e principalmente ao Ver. Engº Comassetto que nos trouxe aqui para essa homenagem. Então obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Mauro Pinheiro, que preside a Casa, preside esta Sessão; meus caros Adriano Filippetto, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos; Jurandir Damin, ex-presidente; meu amigo de muitos anos, Claudir Nespolo – Mauro, sou tão, tão velho, que eu sou amigo do pai do Nespolo, meu verdadeiro amigo é o pai dele. Quero saudar aqui os metalúrgicos presentes, pessoas que nos dão a honra de estar no dia de hoje aqui na Casa, bem como nos dão a honra, permanentemente, de estar aqui a Guarda Municipal, com suas justas reivindicações.

Mas o Sindicato dos Metalúrgicos, presidente Filippetto, e a ideia do Ver. Engº Comassetto foi uma ideia brilhante, porque nos permite juntar, na homenagem, a um sindicato símbolo, emblemático como é esse, Claudir, também o dia 1º de abril que é o verdadeiro dia do golpe de 1964: as tropas começam a se mexer em Minas Gerais na noite de 31 de março, é a madrugada do dia 1º. O dia 1º de abril é o dia do golpe de 1964 e aquelas forças reacionárias militares e civis, com forte apoio midiático, conseguiram transformar em 31 de março, porque, de fato, 1º de abril, que é conhecido como o dia dos bobos, ia ficar o dia do golpe, e é o dia do golpe, mas não foi uma brincadeira. O golpe não foi uma brincadeira – quando fizer dois minutos, avise-me, Presidente, para eu entrar na liderança –, porque ele infelicitou inúmeros lares brasileiros de metalúrgicos, de não metalúrgicos, Damin; um golpe que cassou, um golpe que prendeu, que torturou, que matou. Eu digo sempre e fiz algumas postagens, inclusive no Dopinha agora esses dias, que a ditadura no Brasil, ela começou violenta, bem violenta e logo se tornou cruel também. Por que violenta? No dia 4 de abril de 1964, três dias após o golpe, foi morto aqui na base aérea de Canoas o coronel Alfeu Monteiro, porque se negou a entregar o comando da base aérea e disse que só entregaria ao Presidente da República que o nomeou e não quis entregar aos golpistas. Foi metralhado, com mais de 40 tiros foi morto o coronel Alfeu Monteiro. A primeira morte oficial – Ver. Cecchim – da ditadura militar foi o coronel Alfeu Monteiro, aqui em Canoas. Depois disso, tivemos inúmeros episódios, como em 1966, que foi criado aqui, alugado pelo delegado Pedro Seelig, na Rua Santo Antônio, nº 600 – onde eu estive ontem fazendo um vídeo – o chamado Dopinha, que era o local da clandestinidade da tortura. Depois, Lauro, que eu vejo daqui, depois eles assumiram a tortura no próprio Palácio da Polícia, onde era o DOPS – Departamento de

Ordem Política e Social – mas até 1966, era escondido ali. Ali, ficou mais de cem dias o sargento Manuel Raimundo Soares sendo torturado, morto, jogado com as mãos amarradas no rio Jacuí, o famoso Caso das Mãos Amarradas, em 1966, no nosso Estado. Então, para nós, essa coincidência que o Eng^o Comassetto nos proporciona, mas que o sindicato, com a sua história, nos outorga não é uma mera circunstância fortuita, não. O Sindicato dos Metalúrgicos tem uma história vinculada à resistência, ao que foram esses 21 anos de ditadura civil e militar, porque houve muito civil apoiando, haja vista o governador da Guanabara, Lacerda, o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e tantos outros, do Amazonas, e tantos outros. Então esse período que agora completa 60 anos tem que ser refletido em quaisquer atos que digam respeito à classe trabalhadora. E este é um ato tipicamente da classe trabalhadora, com a presença dos guardas aqui, é um ato tipicamente da classe trabalhadora, que vem reivindicar direitos. E aqui nós estamos comemorando a existência por tão longo período, desde 1931, disse o Filippetto, 1931, veja só, e continua pujante o Sindicato dos Metalúrgicos. Quem não conhece? E o Sindicato dos Metalúrgicos aqui também é vinculado aos metalúrgicos em geral, no Brasil. O nosso Presidente da República é um metalúrgico, o Presidente pelo qual lutamos, pelo qual enfrentamos a ultradireita reacionária, em 1922, é metalúrgico, colega de vocês, torneiro mecânico, perdeu o dedo trabalhando. Então isso aí tudo faz com que haja um vínculo profundo entre essa homenagem ao Sindicato e o período em que nós vivemos. Nós programamos várias entidades, eu apenas auxílio as entidades, são 32, Ver. Adeli Sell, Ver. Cecchim, que me honram com atenção, são 32 entidades programando 60 anos de descomemoração do golpe civil militar. Nesses 60 anos, nós programamos agora, para descomemorar, 60 atividades. Hoje à noite temos uma das mais importantes no Cinema Capitólio, às 19h, nós temos Jango no Exílio, um documentário que foi iniciado pelo diretor Sílvio Tendler e foi concluído por outro diretor. Hoje às 19h, no Cinema Capitólio. E no dia 4 de abril, às 19h também, na Assembleia Legislativa, um grande ato que os partidos políticos estão chamando, que as entidades estão chamando, a CUT está chamando, várias outras entidades estão chamando, certamente o Sindicato dos Metalúrgicos também, na Assembleia Legislativa. Aí nós teremos, durante todo o mês de abril, atividades para marcar – para marcar –, porque nós não temos... Eu falo com professoras e professores, minha líder do partido, a Karen Santos, é professora, eu falo com professores, não há é no currículo, não está na grade escolar. Nós não temos a ditadura militar, e ali vem assim ó: um regime discricionário. Mas estavam matando gente, matando, matando, os corpos não foram devolvidos. Aqui – e vou concluir, Presidente –, aqui em São Sepé, no Rio Grande do Sul, há uma cova; em cima dela, há uma lápide que diz assim: “Esta cova espera o corpo de Cilon Cunha Brum”. Cilon Cunha Brum foi um militante do PCdoB, foi morto no Araguaia em 1974, cujo corpo nunca foi devolvido à família. Está ali em São Sepé. Agradeço a oportunidade, Presidente Mauro Pinheiro, registro que para todos nós essa é uma data de extrema relevância. O meu abraço aos dirigentes e ex-dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos, à categoria profissional, o meu novo abraço aos guardas municipais que estão aqui. Que as pessoas saibam que esses 60 anos marcam, como disse o Roberto Robaina muito bem dito, uma derrota da classe

trabalhadora lá em 1964, como em 1961, sob o comando de Brizola, ela tinha sido vitoriosa. Agora, por certo, com Lula no comando, teremos um outro caminho. Parabéns, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h50min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (15h54min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje temos o comparecimento do Sr. Germano Bremm, secretário da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, acompanhado pela Sra. Patricia Tschoepke, diretora de Planejamento Urbano e a Sra. Vaneska Paiva Henrique, coordenadora de Planejamento Urbano, que abordará o assunto: Revisão do Plano Diretor.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O secretário Germano Bremm está com a palavra.

SR. GERMANO BREMM: Boa tarde, vereadores e vereadoras, é uma alegria estar novamente aqui na Câmara de Vereadores, especialmente para falar de um tema tão importante para a nossa cidade, que é o Plano Diretor, instrumento básico da política urbana dos municípios, a nossa, eu chamaria, Constituição Federal no âmbito municipal. Estou aqui com a nossa diretora de Planejamento Urbano, a Patricia Tschoepke, como foi anunciada, arquiteta e urbanista, que contribui já há alguns quantos anos, Presidente, no Planejamento Urbano da nossa cidade, assim como a coordenadora de Planejamento Urbano, a Vaneska Paiva Henrique, que trabalham de forma permanente e dedicada nos temas de desenvolvimento urbano, planejamento urbano da nossa cidade. Obrigado, Presidente, pela oportunidade de estar aqui. Eu vou compartilhar uma apresentação, eu pedi para o pessoal fazer a instalação, porque a ideia de hoje, a convite do Presidente, é que a gente venha aqui esclarecer um pouco do *status* da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Como vocês sabem, a gente tinha assumido um compromisso público, o prefeito, naturalmente, tinha assumido um compromisso público de remeter para a Câmara de Vereadores até o final do ano passado a proposta de novo Plano Diretor de Porto Alegre. No entanto, em função de algumas intercorrências, especialmente de uma demanda em processo judicial, uma ação popular que nos demandou a realização de uma nova eleição para a composição do Conselho do Plano Diretor, a gente teve que recalcular esses prazos e, em função também especialmente do processo eleitoral, o prefeito veio a público externar que remeteria a proposta de revisão do Plano Diretor no

ano de 2024; no entanto depois do processo eleitoral. Isso, naturalmente, para a gente ter tempo para cumprir essa determinação judicial e fazer as novas eleições, dar posse para esses novos conselheiros, como, de fato, estamos viabilizando nesses últimos meses. Recentemente, então, concluímos as eleições, e agora – amanhã inclusive – daremos posse, diplomação para esses novos conselheiros, e, a partir disso, a gente inicia o trabalho e conclui, de fato, a revisão do Plano Diretor, para poder ser remetida para a Câmara de Vereadores, ainda no final do ano, depois da eleição. Mas, independentemente desse prazo, dessa remessa para a Câmara de Vereadores, há todo um trabalho interno sendo desenvolvido, ao longo desses últimos anos, por uma equipe muito qualificada, com apoio externo de um trabalho técnico, após uma leitura comunitária, uma leitura técnica, a gente chegou, Presidente Mauro, à conclusão, então, de que o novo Plano Diretor de Porto Alegre vai-se produzir a partir de cinco grandes objetivos gerais. Nós vamos perseguir, a gestão da política urbana, do planejamento urbano, dos próximos anos, da Porto Alegre do futuro, por meio desses cinco objetivos principais, que eu gostaria de compartilhar, e apresentar aqui de forma detalhada, com vocês. Mas, naturalmente, para a gente chegar nesses cinco objetivos principais, a gente fez um trabalho de campo, uma leitura comunitária, uma leitura técnica, diversos processos participativos.

(Procede-se à apresentação.)

SR. GERMANO BREMM: Eu trouxe aqui, na apresentação, um cronograma geral, só vamos confirmar aqui, pode passar, por favor, demonstrando como nós organizamos essa revisão do Plano Diretor. Então, a gente dividiu o cronograma geral em três grandes etapas: a Etapa de Leitura da Cidade, Sistematização e Propostas e a Etapa da Aprovação. A partir dessas três grandes etapas, nós subdividimos em oito marcos de processo participativo, e aí vocês podem ver abaixo na apresentação, que envolve, de fato, desde a Leitura da Cidade até a etapa de construção dessa minuta. Aqui, de fato, até esse marco seis, onde a gente conseguiu realizar o trabalho, fizemos diagnóstico, fizemos conferência, as oficinas, eu vou passar cada uma delas, concluímos o seminário com a leitura da cidade, o diálogo com a sociedade, visitas e a Conferência em novembro de 2023. Esses processos participativos envolveram, então, oficinas territoriais, exposições interativas, consulta *online*, o Seminário, dois momentos de conferência, Conferência do Meio Ambiente e Conferência de Revisão do Plano Diretor atual, conferência para discutir o próximo Plano, seminário da cidade, diversas reuniões e processos participativos junto ao conselho e aos grupos de trabalho.

Então, a gente teve, conforme eu compartilho ali com vocês, 439 participações nas Oficinas Temáticas Territoriais. A equipe foi nas regiões, em cada uma das regiões, dos bairros da cidade, para colher essas contribuições, as prioridades, as deficiências dentro do seu bairro, o que enxerga como potencialidade, enfim, para fazer uma crítica do Plano Diretor atual e a gente pensar uma perspectiva de futuro. Isso nas Oficinas Temáticas Territoriais. Depois, a gente fez ainda exposições interativas, iniciamos aqui na Câmara de Vereadores, a partir de um grande evento e depois fomos

para as diversas regiões da cidade também. Estivemos na Feira do Livro, enfim, diversos momentos de participação onde a gente levou, então, o resultado dessas oficinas iniciais que foram colhidas essas contribuições das sociedades, críticas do Plano Diretor vigente e demos esse retorno para a comunidade a partir dessa análise mais crítica. Então, ali a gente teve diretamente também 1.308 participantes. Fizemos uma consulta *online* também colhendo contribuição, e eu peço à equipe aqui, tanto à Vaneska, quanto à Patricia, que fiquem à vontade para me auxiliar e, eventualmente, contribuir na apresentação. Tivemos uma consulta com 744 participantes também pedindo para a população identificar as suas prioridades, as deficiências dentro da sua região, a sua perspectiva e a crítica sobre o Plano Diretor vigente. Depois, tivemos um seminário com 326 participantes lá na Unisinos. Tivemos a presença do Prefeito, uma grande participação. A conferência do meio ambiente, como eu comentei, isso dentro da etapa de leitura da cidade, ou seja, colhendo de fato a contribuição tanto da sociedade quanto técnica. Depois, a gente teve a conferência lá na PUC, de avaliação do Plano Diretor, um importante processo participativo. Tivemos 954 pessoas presentes nos três dias. No primeiro, com palestras, nivelando o conhecimento de todos os participantes; no segundo dia, debatendo de forma mais profunda em cada um dos assuntos; e no terceiro dia, a gente discutindo e deliberando os temas prioritários. Depois, tivemos oficinas temáticas num modelo híbrido. A gente fez uma participação *online*, mas também tivemos momentos participativos de modo presencial, discutindo objetivamente a partir de temas. O tema do meio ambiente, o tema da mobilidade, o tema do desenvolvimento econômico, já com um olhar um pouquinho mais aprofundado do que de fato foi essa leitura comunitária. A gente teve ainda, depois disso, para fechar a etapa de leitura comunitária, o que a gente chama de seminário, com as devolutivas lá na Aiamu, com 141 participantes. Depois, a gente fez a conferência de revisão do Plano Diretor também na PUC, tivemos 990 pessoas participando, três dias de duração, nessa mesma dinâmica. No primeiro dia, nivelamento das informações e explicações; no segundo dia, a gente entrando na discussão das estratégias a serem priorizadas; no terceiro dia, a gente trazendo para o plenário da conferência essa discussão. De toda essa leitura comunitária, de forma direta, para vocês entenderem nesse gráfico, nós tivemos 6.027 participações diretas, pessoas que contribuíram de alguma forma ou de outra nesses diversos processos participativos que eu comentei. Evoluímos, a partir dessa leitura comunitária, em alguns principais temas que são desejo da população a serem tratados no novo Plano Diretor, como por exemplo, vocês veem bem a demanda da sociedade, de uma forma geral, na regularização fundiária – a gente fez aqui uma chuva de palavras para mostrar essas prioridades –, espaços de lazer, transporte público, identidade local, turismo, falta de moradia, alagamento. Essas são as demandas que a sociedade deseja e que a gente pode colher nesses diversos processos participativos em que estivemos na qualidade de ouvinte.

Paralelo a isso, a essa leitura comunitária, a gente vem fazendo uma leitura técnica, e nisso, no ponto de vista de metodologia de trabalho, é preciso sim que a gente colha a participação da sociedade, mas precisamos naturalmente de um trabalho técnico em paralelo, para a gente poder viabilizar e atender essa demanda da sociedade, através

dos diversos instrumentos do estudo da qualidade técnica que a gente tem. Então, nesse trabalho técnico, houve a identificação das novas áreas, aliás, das centralidades da cidade, como as áreas consolidadas, que todos conhecem, como o Centro, Porto Seco, Centro-Sul, Restinga. Também identificadas, na parte técnica, algumas áreas a consolidar, para a gente já pensar estratégias, desenvolvimento e crescimento, de revisão de normativas de regulação e também de projetos urbanos necessários para a gente consolidar essas áreas, subdivididas, então, nas nossas sete macrozonas, cada uma das regiões ali identificadas.

Nisso a gente chega à conclusão e aí, objetivamente, para tentar trazer aqui para vocês um pouco do resultado desse trabalho, na pergunta: afinal de contas, qual é a cidade que a gente quer, o que a população demanda e o que a gente consegue viabilizar através dessa leitura técnica? Foi por isso que nós elucidamos o novo Plano Diretor de Porto Alegre em cinco principais objetivos e em uma missão. Qual é a missão do novo Plano Diretor de Porto Alegre? Tornar Porto Alegre uma cidade atrativa, competitiva e sustentável, impulsionando a diversidade, a qualidade de vida e a prosperidade com foco nas pessoas, especialmente nas comunidades carentes e vulneráveis. Essa é a missão do novo Plano Diretor de Porto Alegre. Como a gente alcança essa missão? Através de cinco objetivos principais: a gente sai do Plano Diretor atual, de um planejamento urbano mais de regulação e de reação, para um planejamento urbano mais assertivo, para resolver os verdadeiros desafios urbanos da cidade, porque é isso que a população demanda nos diversos momentos participativos, ela quer resolver os problemas reais da cidade. Comprendemos que se a gente resolve os problemas reais da cidade, a gente retém talento, a gente atrai novos talentos, a gente gera oportunidade de riqueza, que fazem, sim, transformação econômica, mas especialmente transformação social. Então, o foco desse novo Plano Diretor, ao menos da proposta que vamos trazer e queremos encaminhar para a Câmara de Vereadores, é muito voltado para resolver esses desafios urbanos, para a gente focar o esforço do planejamento urbano de futuro não para regular as áreas privadas, achar que na lei nós vamos resolver o problema do mundo, mas muito para se organizar internamente, para resolver e fazer projetos para resolver esses desafios urbanos. Por isso um dos objetivos gerais do próximo Plano Diretor é a gente focar o nosso esforço na qualificação dos espaços públicos e na potencialização da utilização do Guaíba. Acho que, de todas as riquezas que a cidade tem, o Guaíba é uma das principais, e a gente tem um campo muito grande para trabalhar. Essa relação com a água gera muita oportunidade ainda não explorada na cidade.

O foco do planejamento urbano – que eu acho que isso é uma deficiência do Plano Diretor atual, Presidente – é muito voltado para regular o espaço privado e se esquece talvez de pensar o espaço público, a calçada, a fiação. Nessa perspectiva, e a partir desse objetivo e nessas discussões que fizemos com a comunidade, cruzando a leitura técnica com a comunitária, a gente chega então nessas estratégias priorizadas para o Plano Diretor, de como a gente qualifica o espaço público, como a gente potencializa a utilização do Guaíba. Então vejam que a gente abre mão, vamos dizer assim, desse planejamento urbano mais reativo para regular área privada e começa a pensar aquilo que

deveria ser o foco, a gente entende, do esforço público, organizar melhor e gerar riqueza nas áreas públicas, porque resolvendo isso tu geras qualidade de vida, dá uma condição melhor para população, tu reténs talento, tu atrais talento. As pessoas procuram cada vez mais um espaço público arborizado, as pessoas procuram cada vez mais áreas livres, as pessoas querem qualidade do ar, arborização. As pessoas buscam por isso, e a gente entende que hoje é uma deficiência do nosso Plano Diretor, ele esqueceu de pensar o espaço público, por isso a gente traz como objetivo, um dos cinco principais objetivos, a qualificação do espaço público, que devemos perseguir tanto em regulação, quanto em organização interna, em projetos.

O segundo grande objetivo do Plano Diretor é um desafio urbano da realidade, reduzir o tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários. A partir disso a gente tem as estratégias, porque a gente sabe que, na vida em cidade, um dos grandes desafios é a locomoção. As pessoas querem e precisam estar próximas ao seu trabalho, ter acesso à escola, ao serviço, ao comércio, aos parques; então, um desses grandes objetivos do Plano Diretor é a gente perseguir essa vontade, essa necessidade de a gente reduzir o tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários, porque consequentemente isso é gerar riqueza, oportunidade na cidade. As pessoas precisam ter acesso a serviço, à qualidade de equipamento público próximo à sua casa. Isso envolve questões de regulação, muitas coisas, aí tu falas em uso misto nos bairros, a gente possibilitar essa vida em cidade, não só ter uma cidade residencial, comercial, mas ter uma cidade que tenha absolutamente tudo próximo à residência, ao local de trabalho, o que envolve, sim, questões também de organização interna, de planejamento, de foco na qualidade do transporte público, na melhoria da alternativa à mobilidade, aos diversos modais. Então, há algumas coisas aqui que são de regulação de Plano Diretor e algumas coisas que são de projeto, de organização interna da administração para gente perseguir.

O terceiro grande objetivo desse novo Plano Diretor que pretendemos remeter para a Câmara de Vereadores é reduzir o custo de moradia e garantir o acesso de todos à cidade – esse terceiro grande objetivo então traz diversas estratégias a serem priorizadas, mas a gente entende que a política pública, o planejamento urbano, o esforço do poder público deve ser no sentido de reduzir o custo de moradia, garantir o acesso de todas às cidades, as pessoas terem uma condição de comprar a sua casa, o seu apartamento, e isso envolve, para gente alcançar esse objetivo, uma série de ações do ponto de vista de regulação de Plano Diretor mesmo, de oferta de moradia, de espaço para construir, bem como algumas coisas de gestão, de organização interna de projeto, para a gente, cada vez mais, levar essa qualidade de vida para as populações mais carentes, não necessariamente a gente ter isso na cidade regular. Por isso a gente traz um novo Plano Diretor com esse terceiro grande objetivo.

O quarto objetivo é uma realidade que a gente vive, meu Presidente e vereadores, as mudanças climáticas são uma realidade. A gente, aqui no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, tem vivido isso, tempestades, chuvas excessivas, períodos de calor, então é preciso a gente incorporar essa agenda global e necessária, mas que muito afeta os problemas locais da nossa cidade ao novo Plano Diretor. Por isso, como objetivo

principal do novo Plano Diretor, a gente traz adaptar a nossa cidade para essa realidade que está cada vez mais presente, ou seja, investir em saneamento, em áreas de risco, tirar a população de área e risco, em sistemas de proteção, a gente de fato se preparar, investir na arborização ou plantio para reduzir a temperatura da cidade, do planeta, que tem aumentado; e, naturalmente, além de adaptar, a gente tem que trabalhar junto na redução das emissões de gases de efeito estufa. Sabemos que hoje grande parte da nossa poluição tem origem no transporte, 67%, então nós temos que trabalhar políticas públicas para, em paralelo, a gente zerar essas emissões, chegarmos lá em 2050 – que é um compromisso que assumimos globalmente – com essas emissões zeradas, porque se nós não tomarmos uma atitude imediatamente, se a gente não inverter essa lógica, a tendência é piorar, é uma realidade posta, científica, não tem como a gente discutir. Ao mesmo tempo que a gente tem que se preparar para a realidade, a gente tem que reduzir as emissões, criando alternativas ao sistema hoje tradicional de transporte, de mobilidade, e tantos outros exemplos – como já criamos a certificação sustentável, programas e incentivos – que façam com que cada vez mais a gente reduza as emissões de gases de efeito estufa para conseguir zerá-las.

No último e quinto grande objetivo desse novo Plano Diretor que vamos propor para a Câmara de Vereadores, a gente traz a figura da necessidade do fortalecimento do planejamento urbano com base na economia urbana para a gente responder eficientemente às dinâmicas da cidade e potencializar as suas formas de financiamento. Aos moldes da evolução que a gente viu Curitiba vivenciar, que investiu muito no planejamento urbano, na política urbana, porque aqui a gente tem uma potencialidade muito grande, a vida em cidade gera muita riqueza, muita oportunidade, esse desafio deve ser olhado pelo planejamento urbano para a gente conseguir resolver esses outros problemas, esses outros desafios que foram trazidos anteriormente, necessariamente a gente tem que pensar uma política pública estruturada, pensando a cidade como um todo, resolvendo todos esses desafios. E é através, naturalmente, do planejamento urbano, do urbanismo, que a gente vai conseguir criar essa condição de a cidade se autofinanciar, e, por isso, a gente traz esse quinto objetivo, naturalmente também com uma série de estratégias a serem priorizados. Então, de forma geral, pode passar, já para concluir... Depois, não sei se Vaneska e Patricia querem fazer o encerramento. A gente tem, então, essa nova visão de cidade, como eu comentei no início, com esses cinco novos principais objetivos. Então, vocês vejam que todo o Plano Diretor, aquelas questões de regulação que vão ter ali – tem algumas coisas de regulação de regras construtivas –, vão ser para perseguir esses principais objetivos, porque isso foi a demanda da comunidade cruzada com a leitura técnica estabelecida então pelo corpo técnico do Município, em apoio dos diversos outros entes que estão nos ajudando nessa revisão do Plano Diretor. Então, a gente traz para a discussão da Câmara de Vereadores esses objetivos, e esperamos que, com isso, a gente crie uma cidade que tenha oportunidade, que gere riqueza, que tenha qualidade de vida, que faça a transformação, a oportunidade, mas especialmente melhore a condição daqueles que mais precisam. Com isso nós vamos reter talento, vamos atrair talento e vamos gerar riqueza e oportunidade

no Município. E vamos abrir mão desse olhar mais restritivo e equivocado, que a gente entende até então, para as áreas privadas; pensar mais o espaço público, os desafios da cidade, a arborização, a qualidade de vida, a adaptação à mudança climática, os espaços públicos, porque isso, sim, gera riqueza e oportunidade na cidade. Não sei se Patricia ou Vaneska queriam contribuir.

SRA. VANESKA PAIVA HENRIQUE: Eu ia só complementar que o secretário buscou fazer aqui uma apresentação bastante sucinta dos pontos principais, mas que, no *site* do Plano Diretor, nós temos os relatórios que têm conteúdo bastante extenso sobre todas as análises que o embasaram até chegar nessa síntese da visão e dos cinco objetivos. Então, ali a gente tem um conteúdo mais completo para quem tiver oportunidade de acessar.

SR. GERMANO BREMM: Só vou pedir para passar para o último *slide*. Perfeito, só para entender, então, a gente repassou tudo aquilo que foi feito até então, leitura comunitária, os diversos processos participativos, a leitura técnica. Então, a gente teve que, em função dessas questões judiciais, vamos dizer assim, segurar o envio para a Câmara de Vereadores, pretendemos fazer ainda no final do ano, só que antes disso a gente concluiria essa revisão através ainda de um debate de propostas e esse Marco 8, a grande audiência pública para a gente apresentar a minuta e depois disso enviar para a Câmara de Vereadores. Com isso concluo aqui a minha fala agradecendo a oportunidade, me colocando à disposição de todos os vereadores que quiserem, eventualmente, maior esclarecimento; aqui, realmente, como disse a Vaneska, eu tive que ser bastante sucinto, mas é uma nova visão de cidade que a gente tenta trazer para Porto Alegre, e que a gente possa com isso gerar riqueza e oportunidade, fazer a transformação que a cidade precisa.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, secretário, eu posso chamar de meninas, eu já sou velhinho, então agradeço pela sua vinda aqui. Tendo em vista que poucos vereadores... Estava conversando com o Ver. Adeli e alguns vereadores, poucos vereadores, estavam ouvindo. Você disse muito bem que está tudo no *site* para cada vereador se apropriar; acho que cada vereador tem que se apropriar, tem um material farto aí. Eu quero, em nome da base do governo, agradecer a sua vinda até aqui, agradecer a assessoria que está sempre disposta a dar esclarecimentos e dizer que hoje foi um dia atípico aqui na Câmara, mas certamente cada vereador buscará esse material para se apropriar do grande trabalho que está sendo feito. Não está sendo visto, muitas vezes é assim, mas o trabalho continua sendo feito todos os dias, todas as horas, e ouvindo a cidade. Então obrigado, secretário; obrigado, assessoria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Mauro, meu querido secretário Germano, Patricia e Vaneska, seria uma indelicadeza não usar a tribuna depois da vossa fala, até por que, como já foi dito, nós temos que consultar sistematicamente o sítio eletrônico da Prefeitura e o que está sendo feito não só na área do planejamento, mas em

outras áreas. Digo mais: temos que visitar os locais. O secretário colocou a questão, por exemplo, das questões climáticas, e eu fiz um vídeo, eu elogiei o nosso viveiro, a recuperação do Viveiro Municipal. É claro que eu vivo cobrando, o secretário sabe disso, temos que recuperar as árvores derrubadas, e sei que não é tão simples, mas já temos condições de começar a fazê-lo mais agilmente. As questões climáticas, nós que invadimos o Guaíba, não foi o Guaíba que invadiu a cidade. Isso tem que ser discutido: quais são as medidas que nós vamos tomar para que isso não volte a acontecer. Qual é o diálogo que tem com a navegabilidade do Guaíba e com a questão do calado? Alguma coisa deve haver. Então, isso tem que ser planejado, isso tem que ser discutido entre o Município e o Estado.

Eu fiquei muito contente com algumas coisas aqui, porque todos acham que, quando se discute o Plano Diretor, o primeiro papo que vem é altura do edifício, o recuo do jardim e as áreas permeáveis. Eu acho importantíssimo, o que eu não aceito é que o nosso Plano Diretor tenha feito umas coisas mirabolantes, podendo construir prédios altíssimos no Menino Deus e na Cidade Baixa, mas não podendo construir uma edificação alta na Farrapos. O que tem lá no 4º Distrito não dá conta, e, só depois que a gente discutiu que eu me dei conta que nós aprovamos o geral, mas não para as grandes vias. Então, temos que discutir as grandes vias, pois discutir a cidade e o seu desenvolvimento é muito importante. Eu, claro que tenho diferença sobre algumas coisas, agora, eu quero discutir a cidade do futuro, a cidade que nós queremos.

Amanhã, tem posse dos conselheiros, eu vou vir – folhetim reto e verso. Habitação – se nós não tivermos uma política de ocupação, e até acho um pouco estranho, vou cobrar aqui o mutismo da Prefeitura que de um centro para outro perde 80 mil pessoas. Temos no Centro mais de 30% das economias fechadas para vender ou locar. Andem pela Av. Protásio Alves, é um escândalo! E o Centro? Eu vivo no Centro, circulo no Centro. Qualificação desse espaço? Excelente. Eu sou daqueles que circulam na orla, eu caminho na orla, gosto, mas, o seguinte: eu não consigo caminhar no Centro. Essa obra atrasada é uma indecência, é inaceitável que o poder público não tenha tomado, inclusive, medidas mais drásticas com relação ao empreendedor, porque era para começar a ser feito tudo em janeiro, eu falei com o secretário. Na Rua da Praia, uma senhora caiu e quebrou o nariz; não era uma senhora idosa. É um escândalo, isso está errado. Então nós temos que começar a pensar que quando a gente cobra alguma coisa, seja de um servidor de carreira, seja de um secretário como o Germano, eu acho que as pessoas têm que entender que ninguém faz isso para futrica; eu nunca fiz isso, eu quero estar participando. Eu quero ir nas reuniões, daqui para frente também, dos novos conselheiros, vou dar a minha opinião, conselheiro aconselha e vereador escuta e tem que ser fiscal, tem que cobrar, tem que ter diálogo, porque eu fui lá estudar o Plano de Melhoramentos de 1914, eu fui ler Morte e Vida de Grandes Cidades, sabem que eu sou fã dessa obra, Cidades para Pessoas, e ando lendo até David Harvey, que é um marxista, não é ortodoxo, mas é inteligente. Então a gente tem que ler sem preconceito. Por isso eu vivo peleando e discutindo questões urbanísticas na cidade, pena que a gente não tenha um debate ainda neste ano sobre o Plano Diretor, vai ficar para o ano que vem. Esperamos que a gente faça um

grande debate sem perder o caminho já percorrido. Eu tenho várias outras questões para colocar, mas eu vou fazendo isso, escrevendo meus artigos, cobrando de vocês, discutindo com a cidade, indo nas reuniões do Plano Diretor. Obrigado, Mauro, desculpe ter passado do meu tempo. Saudações ao secretário, saudações às nossas visitantes de hoje, Vaneska e Patricia.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Nós temos até 10 inscrições. O Ver. Adeli Sell e o Ver. Idenir Cecchim já falaram. Estão inscritos a Ver.^a Biga, o Ver. Giovanni Culau, a Ver.^a Lourdes, a Ver.^a Cláudia Araújo, o Ver. Hamilton e o Ver. Mauro Pinheiro. Ainda temos duas vagas. A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Presidente Mauro. Quero aqui me dirigir aos meus colegas vereadores e vereadoras, mas especialmente ao comparecimento da Patricia, da Vaneska e do secretário Germano. Ouvindo atentamente a apresentação, eu observei algumas contradições que eu gostaria de explicitar aqui, ao mesmo tempo que questionamos. Eu participo deste debate que, digamos, nós vamos para o 12º ano sem um debate do Plano Diretor, a revisão dele. Eu apresento essa contradição, quando você apresenta aqui quantos inscritos. É verdade, teve uma boa participação enquanto inscrição, não enquanto participação efetiva. Chamar debate sobre o Plano Diretor num dia de semana, das 10 da manhã até às 5 da tarde, na PUC, não é para o povo participar, não é. Eu estive lá, eu vi a presença de muitas empresas, especialmente as ligadas ao Sinduscon. Chama atenção, por exemplo, a entrega do Guaíba para a iniciativa privada. Eu não vejo nenhum problema em as empresas explorarem, como o Shopping Pontal, como o Cais Embarcadero, eu não vejo problema nisso. O problema é a gentrificação presente, o problema é a juventude periférica não ter acesso, quando são proibidos de estar com os seus *kits* na orla do Guaíba. A intervenção que já vem acontecendo tem expulsado as pessoas e segmentado essas pessoas. A síntese é a própria demora com que vocês vêm aqui fazer essa apresentação e ainda prometem que só no final do ano, pós-eleição, é que o Plano Diretor chegará a esta Casa. É sobre essa adaptação da cidade para levantar problemas, por exemplo, a questão climática. Nós não conseguimos aprovar, sequer discutir aqui o projeto de emergência climática, por óbice da base governista. Uma outra contradição que nos chama a atenção é que nós vivemos numa cidade que tinha, por exemplo, o Orçamento Participativo, onde as pessoas conseguiam as suas casas, por exemplo, falando em habitação. Hoje a cidade está entregue, ao que o povo diz à boca grande, à Melnick. Chegam a apelidar a nossa cidade de “melniquistão”. Além disso, a gente presencia a eleição do CMDUA, que foi uma farsa. Esta Casa lotou até altas horas, porque não se conseguia organizar uma eleição, como foi no Vila Nova, como foi na região sul. Aqui nem água conseguiam dar para as pessoas, quando vieram aqui. E aí, em muitos lugares, se viam ônibus chegando, de pessoas que estavam sendo conduzidas e algumas recebendo até cestas básicas para que fossem votar. Esta cidade já foi tratada como a cidade das árvores do Brasil; no entanto, o Plano Diretor não oferece um plano de manejo para derrubar as árvores que estão

podres, que as raízes estão chegando dentro das casas, mas se derrubam árvores indiscriminadamente, como aqui no Harmonia. Um Plano Diretor discute transporte, transporte na nossa cidade em que se privatiza a Carris, se entrega para Viamão e quem puder senta na janela, com o Viamão lotado. Uma cidade que não faz com que as pessoas tenham um lugar para morar, uma cidade que faz um Plano Diretor para o 4º Distrito, como aqui o Adeli fala, e que a gente vê os arranha-céus em alguns lugares e, em outros, não pode construir mais do que quatro andares. Divide-se a cidade com um Plano Diretor para o Centro, aliás, um Centro que em véspera de Natal estava um horror e ainda está, uma obra que não acaba, e aquelas empresas que sobrevivem ao comércio de rua, onde sequer se conseguia entrar. E o Plano Diretor, que deve discutir e ouvir as pessoas, trabalha com dados de inscitos, com seminários *online*, como se todas as pessoas tivessem acesso à internet. Portanto, para concluir, senhor secretário, eu quero dizer que o que nos apresentaram agora, que bom que vocês nos apresentaram, porque dá para a gente enxergar mais ainda o quão tem de contradições num plano que não inclui as pessoas, numa cidade que não dá direito às pessoas a cidade, numa cidade que dificulta o transporte, numa cidade em que os bairros estão há mais de 12 dias sem água e sem luz. Que plano diretor é esse? Eu quero ver que plano diretor é esse, na véspera da eleição, ser apresentado e, depois da eleição, vocês apresentarem aqui nesta Casa.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, boa tarde, por ser a primeira oportunidade em que falo na tarde de hoje, deixo o meu abraço aos trabalhadores da Guarda Municipal de Porto Alegre. Quero cumprimentar o secretário Germano Bremm, também a Vaneska e a Patricia. Eu penso que este debate, Presidente – e é uma lástima ao esvaziamento do plenário –, é um dos grandes debates que Porto Alegre precisa fazer, é o desafio sobre o seu futuro. Eu comentava com o Ver. Cecchim, a bancada do PCdoB acompanhou atentamente a exposição, e eu tenho, fundamentalmente, três considerações a fazer. A primeira delas, secretário, é que, nas estratégias montadas e apresentadas aqui, tu te referes ao desafio da qualificação dos espaços públicos e a utilização da orla. Para mim, é bastante importante e caro que nós pensemos a descentralização dos espaços públicos. Sem dúvida alguma, a orla é um grande patrimônio que nós temos, mas infelizmente é um grande desafio ainda em Porto Alegre a garantia do acesso e do direito à cidade. Quando nós fazemos, por exemplo, recorte sobre a juventude, eu não posso deixar de registrar aqui que a juventude, que os estudantes de Porto Alegre perderam até mesmo o seu direito a utilizar o Tri Escolar no domingo e nos feriados, isso significa que o estudante, a juventude da Restinga e da Lomba do Pinheiro têm hoje ainda mais dificuldade para chegar nos equipamentos públicos, que, de modo geral, aqueles mais qualificados estão na região central da cidade. Então gostaria de saber qual é o seu compromisso, enquanto secretário, que aqui representa o governo, na descentralização e, por consequência, na popularização de

espaços públicos com qualidade. Tu falaste aqui também sobre o desafio de reduzir o tempo de deslocamento na vivência da cidade. Eu sou lá do Extremo-Sul de Porto Alegre, e as regiões mais distantes da cidade são aquelas que mais sofrem com esse tema, então eu gostaria que tu pudesses também, com a Patricia, com a Vaneska, dedicar mais tempo para compartilhar conosco, efetivamente, quais as estratégias pensadas, os modais de transporte pensados para que isso não seja uma mera apresentação e, sim, um horizonte concreto de melhoria da qualidade de vida. Mas talvez o principal tema que eu gostaria de tratar seja aquele que diz respeito ao item quatro, secretário: sobre a adaptação de Porto Alegre para a nova realidade climática e o desafio de zerar as emissões. Digo isso porque, se eu não estiver enganado, a Prefeitura de Porto Alegre contratou uma consultoria – não sei se essa é a melhor definição – para a elaboração de um plano de ação climática para a cidade. Eu gostaria de saber sobre o andamento desse plano, quando haverá a entrega dos resultados e de que modo há uma integração desse plano com a elaboração das propostas sobre o Plano Diretor. E isso é o que me chama mais a atenção e a minha questão principal, porque eu vi uma versão preliminar do plano de ação climática contratada, e nos seus dados preliminares já havia recomendações da Prefeitura de Porto Alegre; e nas recomendações se falava na necessidade, por exemplo, da qualificação e do cuidado com a arborização urbana, em ampliar o monitoramento ambiental, uma série de medidas. Medidas essas que, na minha percepção, vão na contramão do que o governo Melo tem feito. Porque, secretário, no final do ano passado, nós aprovamos um orçamento aqui nesta Câmara Municipal que reduz os recursos para a qualificação da arborização urbana, que reduz os recursos para diagnóstico e monitoramento ambiental, que reduz – pasmem! – até mesmo os recursos para educação ambiental. Esses temas pra mim são sérios e eu trato com responsabilidade, e por isso fui autor de emendas, aqui nesta Casa, para que nós pudéssemos pelo menos preservar o orçamento para áreas tão importantes. Para concluir, trago mais um exemplo: até mesmo os recursos para as nossas unidades de conservação ambiental, que são quatro na cidade, foram reduzidos. Então me parece que é uma contradição profunda: ao mesmo tempo que o governo contrata um plano de ação climática, o senhor vem, em nome do prefeito, fazer essa apresentação e aborda como um dos eixos estratégicos, mas, na concretude, o que o prefeito fez foi aprovar um orçamento que reduz o orçamento de áreas sensíveis e fundamentais. Para que seja sincero esse tratamento de adaptação, mitigação e zerar a emissão de gases de efeito estufa, precisa de orçamento, dinheiro; mas o que o governo Melo tem feito é retirar. Então, eu gostaria de, na oportunidade da sua presença, ouvir sobre esses temas. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente, quero saudar o secretário Germano, muito importante nos atualizar sobre o que foi feito, embora nós tenhamos acompanhado bastante as reuniões *online* e outras informações. E, realmente, a nossa preocupação futura será as mudanças climáticas, que vêm repercutir em toda uma

alteração imprevisível. Custos também serão imprevisíveis. Na nossa base, já há muitos anos, secretário, nós tratamos de bairros. Somos do tempo das associações que discutiam a questão de bairros, e será neste Plano Diretor a nossa discussão maior quando chegar no momento oportuno, não é para nós tratarmos agora de fatos que estão acontecendo. Plano Diretor é a discussão com base nessa consolidação de dados, de pedidos, de demandas, mas será bem importante. Acho que o Plano Diretor vai ser o trabalho mais importante da cidade. Parabéns a vocês!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, quero cumprimentar o nosso querido secretário Germano e todas que estão na Mesa. Não podia deixar de vir aqui falar sobre o Plano, até porque nós acompanhamos desde o começo quando o prefeito Sebastião Melo começou a falar que nós tínhamos que trazer a questão do Plano Diretor e que era importante que nós pudéssemos, nesta gestão, encaminhar todo o possível. Se fosse possível, que se votasse; se não fosse possível, que já se conseguisse fazer isso no início do próximo pleito. Então, acho que o trabalho foi árduo, muitas reuniões, muitos encontros. A votação do CMDUA, como foi falado aqui, foi uma votação difícil, mas foi onde nós conseguimos agregar um grande número de pessoas parceiras da nossa cidade, independentemente de que partido elas são. O importante é que nós possamos trabalhar para melhorar a vida da cidade e para poder ampliar cada vez mais. Nós sabemos que a população cresce todos os dias e que com ela nós precisamos evoluir enquanto cidade. Então, o trabalho que vocês vêm realizando é fantástico, contem sempre com os vereadores da base do governo, que trabalham em prol de uma gestão clara, de uma gestão que realmente entrega. Hoje, como vice-líder do governo, eu falo pelos nossos vereadores da base do governo. Nós trabalhamos e acreditamos nesta gestão, sei que será entregue um grande Plano Diretor que vai trazer muitos benefícios para a nossa cidade. Parabéns, contem conosco.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Boa tarde, Ver. Mauro Pinheiro, que preside a sessão. Quero cumprimentar o Germano Bremm, secretário municipal do meio ambiente, urbanismo e sustentabilidade de Porto Alegre; a Sra. Patrícia, diretora de planejamento urbano; e a Sra. Vaneska, coordenadora de planejamento urbano. Eu me inscrevi para parabenizá-los pelo trabalho que nós temos acompanhado. Inclusive, no ano passado, quando chegou a solicitação da sua secretaria, também através do prefeito, sobre os grupos temáticos, que são sete, nós já, como Câmara Municipal, organizamos isso. Passamos pela Mesa Diretora do ano passado, de 12 para que fossem 14 vereadores. Da parte da Câmara, isso já está consolidado e organizado para

que, quando os grupos do Plano Diretor efetivamente começarem a trabalhar, já esteja tudo isso pronto. Quero parabenizar, porque nós temos acompanhado, participamos de várias reuniões, vários momentos, seminários inclusive, e temos visto todo o empenho, todo o esforço. Haja vista que Porto Alegre é uma cidade atípica, a segunda capital, pelo que me consta, que tem a maior área rural do Brasil entre as capitais. E a gente sabe das muitas dificuldades que existem para ajustar este Plano Diretor. Portanto, parabéns pelo trabalho, contem conosco aqui na Câmara Municipal. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão, especialmente os colegas guardas que têm vindo aqui buscar diálogo com esta Casa contra a destruição do seu plano de carreira, cumprimento o secretário Germano Bremm e todas as pessoas que o acompanham, que fazem parte da equipe da secretaria. Digo que esse tema da questão urbana, a questão da ocupação do território, da expansão, da reorganização da cidade, o Plano Diretor, as relações das pessoas com o território e das pessoas também com a lógica econômica e social nos preocupa muito, porque o governo, na nossa opinião, cometeu um erro gravíssimo, um governo que se atrasa na discussão do Plano Diretor. Por isso que a gente não faz aqui na Câmara de Vereadores... Isso é importante o cidadão saber, o cidadão que nos acompanha, a culpa é unicamente do governo Melo por não estarmos discutindo o Plano Diretor. O governo não quis, ele quis discutir só o Centro Histórico, só o 4º Distrito. Foi uma decisão. Então, todas as outras zonas da capital estão hoje sem ter acesso ao debate, ao diálogo.

E aí eu pergunto, secretário: qual será o investimento real em participação? Quanto vocês vão destinar, em dinheiro, para que a participação ampla da sociedade seja garantida? Porque nós vamos discutir, são décadas de implementação de padronizações, e aí a gente não pode se contentar que poucas pessoas participem. O governo gastou R\$ 39 milhões com propaganda na televisão, dizendo que está tudo uma maravilha – R\$ 39 milhões com propaganda. Na minha opinião, propaganda indecente. Aí eu quero saber quanto nós vamos ter disponível para a propaganda sobre a participação e a garantia, meios para as pessoas participarem. Outra pergunta a V. Exa.: qual é a sua opinião sobre o lugar do verde, numa capital do futuro? A cidade já foi mais verde, hoje ela é menos verde. Não estou aqui culpando ninguém, mas o fato é a realidade. O que nós vamos fazer? Nós queremos uma cidade mais verde, ou não? Qual é a sua posição sobre isso? Outra, qual é a sua posição sobre áreas que têm nascentes ainda intactas, que não foram modificadas nem tapadas nem suprimidas por construções? Porque a gente sabe que isso acontece. As pessoas, muitas vezes, fazem construções, alguns identificam e não dão bola, outros não sabem identificar e constroem. A expansão que existe hoje na cidade em áreas de risco, qual é a sua opinião? Hoje, a cidade expande muito, enormemente, com moradias precárias nas áreas de risco. Qual é a ideia que nós vamos colocar em discussão no Plano Diretor sobre, por exemplo, habitação de interesse social, qual será o debate? Hoje, a

gente sabe que faz sete anos que esta cidade não tem um programa próprio, um projeto próprio de habitação de interesse social. No entanto, um dado que o próprio prefeito falou, são 100 mil espaços vazios – apartamentos, casas – na cidade. O que nós vamos fazer quanto a isso? E a questão da especulação? Nós temos terrenos na zona central desocupados, juntando ratos, insetos, criando pragas. Qual é a posição da Prefeitura sobre isso? O que nós vamos fazer sobre isso? Eu acho que a gente tem que ter um debate sobre o uso desses espaços e o que é a especulação, o que é tolerável e o que não é tolerável. Não sou contra o direito de ninguém de ter a sua propriedade, cada um vai ter o que quiser, quer ter cinco apartamentos, quer ter cinco terrenos parados, quer ter um prédio parado, agora, há um problema social colocado aí. Nós temos pessoas sem moradia, nós temos a administração, nós temos a condição de garantir a toda cidadania direitos iguais. Então, eu trago aqui essas perguntas para a gente começar a debater, mas também podemos desenvolver esse assunto em outro momento. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Secretário, não temos mais nenhum vereador inscrito, vou fazer umas considerações. Primeiro, quero dizer que fico muito feliz com a presença do secretário Germano, por ter aceitado vir aqui nesse comparecimento e explicar sobre o nosso Plano Diretor. Todos nós sabemos da importância do Plano Diretor, sabemos das dificuldades que enfrentou, secretário, mas fico feliz em vê-lo aqui, mesmo não aprofundando, como o senhor falou que podemos aprofundar e vamos fazer isso através do *site* da Secretaria do Meio Ambiente. A gente vê as diretrizes, mas algumas coisas me deixam confiantes no Plano Diretor, por exemplo, na primeira parte ali que o senhor fala em qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba. Nós sabemos o quanto Porto Alegre avançou com os trechos um e três da orla do Guaíba, esperamos que o Cais Mauá tenha o mesmo destino, através dessa parceria que está acontecendo entre o governo do Estado, Prefeitura e iniciativa privada, e que logo nós possamos utilizar e bem utilizar esses espaços tão belos na nossa orla do Guaíba; como nosso prefeito tem falado, o pôr do sol mais bonito do mundo, né? Nós ficamos muito tempo de costas para o Guaíba; hoje a gente tem utilizado, de uma forma que tem atraído turismo para a cidade de Porto Alegre. E quando o senhor fala em PPP nos trechos nesse item, nós sabemos que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Estado como um todo, tem dificuldades de orçamento para fazer todas as obras necessárias na cidade. Então, não tenho dúvida nenhuma de que a parceria público-privada é a grande saída; fico feliz que o senhor coloca aí que podemos utilizar ainda mais as parcerias público-privadas para incentivar o melhor uso dos nossos espaços públicos da cidade de Porto Alegre. Eu mesmo sou autor, junto com outros vereadores, de uma lei aqui na Casa em que se incentivou que os viadutos e as praças que são adotadas, pudessem ser utilizados também como espaços comerciais. Hoje, a gente vê os viadutos sendo utilizados, um espaço que estava abandonado, com dificuldades; hoje, com a parceria com a iniciativa privada temos locais bonitos, utilizados com segurança – a população utilizando aqueles espaços que estavam abandonados. Então, gostamos muito dessa palavra que o senhor coloca no item um, dos objetivos, as PPPs. Reduzir o tempo de

deslocamento das pessoas, os trajetos viários – também nos preocupa muito as pessoas que vão morar muito longe do centro de Porto Alegre, depois têm que pegar ônibus para ir e para voltar, uma hora e meia para ir, uma hora e meia para voltar, passando três, quatro horas em deslocamentos, pela sua falta de qualidade de vida, a dificuldade. Inclusive, em Porto Alegre, o transporte público é através de consórcios; então, quanto mais longe a população vai, mais difícil é para o poder público poder resolver os problemas de saneamento, de estrada, de transporte público.

Então, quando o senhor fala em adensamento, melhor uso misto do solo, tudo isso vem ao encontro daquilo que achamos que é o ideal para a nossa cidade de Porto Alegre. A gente fica confiante que esse Plano Diretor, na hora em que nós pudermos discutir, votar, e os vereadores derem as suas contribuições, vamos ainda avançar mais, como já temos avançado nessa última década. Reduzir também o custo da moradia e garantir o acesso de todos à cidade. Nós sabemos que, muitas vezes, o Plano Diretor vem com muitas regulamentações, muitas leis, que só dificultam, demora o prazo, inclusive para o empreendedor iniciar uma obra leva dois, três, quatro anos, que isso já ficou para trás. Nós já fizemos muitas reformas através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, que tem facilitado a vida do empreendedor. E nós precisamos fazer mais, temos que avançar mais, secretário. Tenho certeza de que o Plano Diretor é o local ideal para esse debate, porque nós vimos, muitas vezes, os empreendedores, as construtoras, deixando Porto Alegre e indo construir nas cidades vizinhas pela dificuldade que se tinha, no passado, de se construir em Porto Alegre. Muitas vezes também a quantidade de contrapartidas que o empreendedor e a construtora têm que dar em Porto Alegre dificulta e encarece o preço do imóvel. Esse imóvel quem vai pagar é o consumidor, é a sociedade quem vai pagar, e o imóvel acaba ficando caro, acaba-se comprando um imóvel fora de Porto Alegre, porque é mais barato, mas depois a gente vê a dificuldade, todo dia de manhã, dessas pessoas que vão morar em outras cidades no nosso entorno terem que vir para Porto Alegre para trabalhar. São filas imensas de carro, ônibus lotados, e nós, no centro de Porto Alegre, com dificuldade de trazer pessoas para morar.

Tenho certeza, então, secretário, que essa discussão do Plano Diretor vai nos ajudar a melhorar, a qualificar a cidade de Porto Alegre e trazer mais facilidades para que a gente possa empreender e trazer riqueza para a nossa cidade de Porto Alegre.

Também o senhor fala aqui em adaptar pelos efeitos das mudanças climáticas e em zerar as emissões de gases de efeito estufa, o efeito do transporte público. Esse é outro debate que nós temos que fazer aqui nesta Câmara de Vereadores: como melhorar o nosso transporte público, como facilitar a vida das pessoas que o utilizam. Fico mais uma vez confiante que, através do Plano Diretor, da visão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, da Secretaria de Urbanismo, nós vamos fazer essa discussão e melhorar cada vez mais o nosso transporte, para diminuir, inclusive, a ação climática, pois quanto mais deslocamento nós temos, mais gás carbono está saindo, mais dificuldades nós temos com o nosso clima da cidade. Então, reduzir isso também significa adensar e fazer com que as pessoas possam morar mais perto de onde trabalham, onde moram ou residem.

Secretário, a gente fica bastante confiante que esse Plano Diretor, quando nós tivermos a função aqui, os vereadores, de fazer esse debate... Acho que nós temos que fazer esse debate, independentemente de o Plano chegar aqui e podermos votar, já iniciar esse debate na cidade; qual a cidade que queremos? Tenho certeza de que todos nós queremos uma cidade melhor, mas cada um com a sua visão.

Então, que esse Plano Diretor venha para esta Casa para balizar o debate, para que nós possamos fazer o bom Plano Diretor que a cidade merece, para qualificar ainda mais, para que a gente possa resolver, conforme o secretário falou, os nossos desafios urbanos, menos regulamentação e mais ação, e facilitar a vida do empreendedor e dos moradores da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, secretário.

O secretário pode responder agora.

SR. GERMANO BREMM: Obrigado, meu Presidente, pelas palavras e pela oportunidade de ouvir aqui todos os vereadores, Ver. Cecchim, Ver. Adeli, Ver.^a Biga, Ver. Culau, Ver.^a Lourdes, anotei todos, Ver. Hamilton, Ver. Jonas e, agora por último, o nosso Presidente. Realmente eu sou um apaixonado pela matéria, eu acho que a gente tem uma rica oportunidade aqui de discutir o futuro da nossa cidade. Eu vi aqui muito do que foi trazido pelos vereadores; são desafios reais da cidade e, por isso, e nessa perspectiva, que a gente vem trazer este novo Plano Diretor muito focado, nosso Presidente Mauro, à ação, a menos regulação e mais ação, a resolver o desafio urbano, porque resolvendo o desafio urbano, a gente retém talento, a gente atrai talento, a gente cria oportunidade.

Aqui falou-se especialmente em algumas dúvidas levantadas com relação ao acesso à cidade, à descentralização dos espaços públicos. Por isso, nós trazemos como objetivo geral desse Plano Diretor, sim, a qualificação do espaço público, pensando ele em toda a cidade, não só na cidade regular, mas sim na comunidade carente. Isso envolve uma organização interna de poder público, esse que deve ser o papel do planejamento urbano, de fato levar essa condição, desenvolver projetos, captar recursos, produzir essas contratações, licitações e dar qualidade de vida para essa população também mais carente na cidade como um todo. Então, está contemplado dentro deste novo Plano Diretor, sim, essa descentralização dos espaços públicos, garantindo sempre o acesso de todos à cidade, está dentro dos nossos objetivos.

No mesmo sentido, um dos objetivos que a gente traz é adaptar a cidade para essa nova realidade climática e zerar as emissões, muito em função da importância, da necessidade que o tema tem. E independentemente de isso estar no novo Plano Diretor, na política urbana do Município, é importante dizer que, em paralelo, a gente vem trabalhando com inúmeras políticas públicas, Ver. Culau, no sentido de qualificar, cada vez mais, as áreas verdes da cidade. A árvore não deve ser considerada uma vilã, ela é a solução, porque ela trabalha não só a adaptação à realidade do calor, diminuindo a temperatura, mas ela também capta o gás carbônico que iria para atmosfera. E por isso, com bastante orgulho, que lá na Secretaria, ao longo aí desses últimos anos, a gente tem, vereador, um investimento recorde na qualificação e melhoria das áreas verdes e da política ambiental do Município.

Em que pese no orçamento aqui do Tesouro tenha havido redução, como o senhor indicou, nós criamos alternativas de contrapartidas, outras formas de recurso de fundos – fundo de gestão de território, fundo do meio ambiente – que não necessariamente o orçamento direto. Por isso, a gente tem esse número de mais de 40 milhões, e posso lhe detalhar cada um dos projetos no sentido de qualificar as áreas verdes. O Ver. Adeli trouxe no início, por exemplo, a recuperação do Viveiro Municipal, com mais de R\$ 5 milhões investidos. Recentemente demos também, além da recuperação, o contrato, a ordem de início de uma empresa que vai operar o Viveiro para fazer o plantio, todo o acompanhamento da produção das mudas até efetivamente o plantio na cidade. Um contrato também que demos a ordem de início recentemente de plantio inteligente, a árvore certa para o lugar certo; o cercamento das unidades de conservação; os terrários urbanos; o programa de premiação e certificação, um investimento bastante significativo; o plano de ação climática, que conseguimos a fundo perdido cerca de R\$ 2 milhões; o inventário de gases de efeito estufa. Então, Porto Alegre tem trabalhado muito a sua pauta ambiental. Já plantamos mais de 12 mil árvores na cidade e temos um contrato agora de um plantio inteligente, uma perspectiva muito positiva, porque a gente sabe que nos orgulhamos das nossas áreas verdes. Mas elas estão envelhecidas porque há muito tempo a gente tem essa liderança ambiental no País como um todo, e é preciso a gente investir de forma permanente para qualificar e dar a devida atenção para esse vegetal que está envelhecendo. Por isso, a gente tem investido muito na qualificação das áreas verdes da cidade, e, aqui no Plano Diretor, a gente traz isso como um dos objetivos principais, realmente, para a gente continuar investindo, pensando o crescimento natural da cidade, mas de forma sustentável e equilibrada. Porque a gente tem essa convicção da importância da qualidade ambiental das áreas verdes da cidade para o futuro sustentável do nosso planeta.

Sei que tem muitas questões aqui levantadas, alguns outros pontos talvez eu não tenha oportunidade de responder. Fiz algumas anotações, mas novamente, meu Presidente, me coloco à disposição, assim como todo o time. A gente tem o *site* lá do Plano Diretor detalhando cada um dos temas e poderia, oportunamente, trazer na Câmara de Vereadores uma explicação, especialmente sobre os investimentos nas áreas verdes da cidade, detalhando cada um dos projetos, os investimentos realizados, para que os vereadores também tenham conhecimento do apreço, do empenho tanto do prefeito quanto dessa gestão na qualidade ambiental do Município. Obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, secretário. Se os vereadores tiverem interesse, nós poderíamos fazer, secretário... São cinco objetivos e sete eixos, sete diretrizes... Hoje o secretário falou de forma global de todo o Plano Diretor. Se os vereadores tiverem interesse, a gente pode fazer, em outras oportunidades, falar sobre cada objetivo ou sobre cada diretriz do Plano Diretor para tratar de um assunto só, para que a gente possa aprofundar mais. Com a palavra a Sra. Patricia.

SRA. PATRICIA DA SILVA TSCHOEPK: Eu queria comentar aqui, em nome da nossa equipe técnica do Plano Diretor, que a gente fica à disposição para qualquer momento de discussão. A gente não só fica à disposição, mas a gente tem todo o interesse de orientar os vereadores, de fazer com que eles se apropriem o máximo possível, que possam dar as suas contribuições que vão ser muito bem-vindas para nós neste final de processo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Muito obrigado, Patricia. Então, suspendo a sessão, para que a gente possa se despedir do secretário e das diretoras.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h07min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (17h08min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego documento firmado pela Ver.^a Mônica Leal, líder da bancada do PP, por meio do qual informa a desfiliação da Ver.^a Comandante Nádia do Partido Progressista – PP, a contar do dia 25 de março de 2024.

Aprego documento firmado pela Ver.^a Comandante Nádia, por meio do qual informa estar filiada ao Partido Liberal – PL, a contar do dia 28 de março de 2024.

Aprego Representação Externa da Ver.^a Mônica Leal, no dia 26/03/2024, às 11h, já ocorrido, na Solenidade de entrega do Posto Avançado da Guarda Municipal no Parque Moinhos de Vento, Porto Alegre – RS.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação as Atas de Plenário da 008^a a 014^a Sessões Ordinárias e 001^a Sessão Solene. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum. (Pausa.)

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Tem acordo? (Pausa.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Presidente, proponho a inversão, para que passemos primeiramente à Ordem do Dia.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão. Hoje é o dia do governo Melo, hoje é o dia do governo Melo, porque está anunciando aí 10 escolas de educação infantil, está construindo e entregando à comunidade porto-alegrense 10 novas escolas, 5 novos postos de saúde, a duplicação da Av. Edgar Pires de Castro. Hoje é 1º de abril, ele está entregando políticas públicas. Será isso mesmo? Não, não é, eu gostaria que essa fosse uma verdade, que nós tivéssemos mais escolas, mas não temos mais escolas; temos poucas escolas. E as poucas que temos, igual aqui em cima, a EMEI Pica– Pau, que eu tive que visitar já pela terceira vez uma obra... Líder Cecchim, eu peço ajuda, o senhor que conhece o setor de obras nos ajude, porque a escola tem só duas salas de aula, e eles já fizeram a prorrogação, cinco vezes, do prazo dessa escola – tem alguma coisa errada com essa empresa que foi contratada. Cheguei lá hoje, dois funcionários apenas, um trabalha, o outro ajuda, auxilia, mas só dois? Claro que não entrega a escola. E as crianças estão amontoadas, infelizmente, lá na Escola Paula Soares, que é estadual e cedeu espaço. Agradeço à direção, à comunidade escolar da Paula Soares, que apoiou, mas não dá, lá não é direito à educação com as pessoas dentro do auditório, 68 crianças, mas são os filhos dos mais pobres, então pode. Eu queria, sinceramente, que as obras fossem tocadas com maestria, mostra ali para nós, Luiz Afonso, por gentileza.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): O secretário de obras, em vez de tocar a obra da educação, olha o que ele está fazendo, olhem lá, olhem isso! Esse é o secretário de obras, olha só o vídeo dele. Bota de novo! Aqui é o outro, esse é o do asfalto, olha o de obras. Isso é vídeo da rede do secretário André Flores. Ele pegou uma maca, uma imagem da internet de uma maca sendo transportada pelos profissionais do SAMU, e aí ele fez uma montagem, aí corta a imagem, a imagem do paciente e aparece o André Flores rolando no asfalto e diz: “Aqui tem asfalto”. Aí tem o outro secretário, que é o Marcos Felipi, que está na segunda imagem, um cavalinho pula, não sei o que acontece, e ele levanta do chão igual ao Homem Aranha e diz: “Aqui tem asfalto!” Mas eu fui ali na Restinga e não encontrei o asfalto, eu estive na Vila Castelo, em todos os acessos da Vila Castelo, não tinha esgoto nem asfalto. Eu liguei para o secretário – ele não me atendeu – para perguntar se o asfalto era para a Vila Castelo ou era para o Lami; aí eu mandei uma mensagem para o querido Gilson Padeiro e perguntei para ele se era no Lami; até agora ele não me disse, espero que ele me diga se era no Lami o asfalto. Eu quero convidar o secretário André Flores a ir comigo lá na Castelo, pode botar numa rua só, vamos dividir esse asfalto, se tem tanto asfalto, vamos dividir, um pouquinho para cada bairro, afinal de contas, lá em 2020, na última propaganda do Sebastião Melo – hoje é 1º de abril –, ele disse assim, na última propaganda, dia 27, ele botou assim: “Nós seremos o governo de todos os bairros”, mas esses secretários não são de todos os bairros, então está errado. O

pensamento, em 2020, era o prefeito de todos os bairros, mas agora eu vejo são os blogueiros. Não tem problema nenhum, cada um faz o que quiser, quer fazer blogueiragem, pode fazer, tem gente que curte e gosta, mas tem que pelo menos levar asfalto, dividir, vamos dividir o pão, domingo se falava disso, do espírito cristão. Vamos colocar pelo menos nas zonas mais pobres alguma coisa, pode ser uma escola, que nós precisamos muito, melhoria no posto de saúde, uma cadeira de dentista. Olha, sinceramente – bota de novo aí para nós, Luiz Afonso –, eu já cansei de ver, eu queria entender quem é que pensou isso, de mau gosto, pegar uma maca que cai sem querer e o paciente rola, deve ter se acidentado enormemente, e o secretário rolar no asfalto. Secretário André Flores, querido secretário André Flores, por favor, nos ajude aqui na EMEI Pica-Pau, venha rolar ali, rola ali na sala de aula e a sala de aula fica reformada, por favor, faça esse vídeo ali na EMEI Pica-Pau, para as crianças voltarem a estudar na sua EMEI Pica-Pau.

Para concluir, Presidente, era isso, eu fico muito consternado com o que eu vejo, a obra da educação não anda, mas o *site* do secretário anda, aliás, rolou. Eu quero entender, queria estar na mente dele para entender essa roladinha que ele deu ali e brotou asfalto. Ele dá uma roladinha ali na sala da EMEI Pica-Pau e a educação vai acontecer. Por favor, secretário, eu posso filmar para o senhor amanhã ali na escolinha EMEI Pica-Pau, fica aqui no Centro Eu filmo, tem o celular aqui, posso filmar para o senhor, eu garanto a assessoria.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, colegas vereadores e vereadoras; hoje eu ocupo o tempo de liderança em que pese o plenário esteja vazio, porque eu preciso compartilhar o meu ódio e meu nojo com a ditadura militar, Ver.^a Biga. Ódio e nojo à ditadura militar. Ódio e nojo à ditadura militar. Eu não poderia, num dia como hoje, Ver.^a Biga, reproduzir a postura de muitos e muitas que é de fazer do dia de hoje um dia de silenciamento, um dia de esquecimento. Inclusive, sem titubear, lamento que nós não tenhamos tido a posição que deveríamos ter tido do Presidente da República sobre o que significa o dia de hoje, de 60 anos do golpe militar de 1964. Nós precisamos olhar para o passado, Ver. Alex, para a gente não ser engolido no presente, engolido pela mentira, engolido pela falsificação histórica, esses são os riscos que nós sofremos. Defender a democracia não é falar apenas sobre os mais de 20 anos de ditadura civil militar que vivemos no Brasil. Nós sabemos que essas ameaças estão colocadas no presente, e, por isso, a denúncia do passado é tão importante. Para quem tem dúvida de que essa ameaça é presente, o 8 de janeiro do ano passado nos demonstrou o quanto essa luta é atual, e o quanto essa luta é atual e encontra resistência, vejam bem, a luta pela democracia tem resistência em Porto Alegre, por vezes, até mesmo, na Câmara de Vereadores da nossa cidade. Mas nós não topamos esquecer os 400 mortos e desaparecidos, desse número, inclusive, apenas 30 corpos entregues às suas famílias. Nós

não vamos esquecer que aquele foi um período de tortura, choque elétrico, sufocamento, espancamento, estupro, Ver.^a Comandante Nádia, estupro, violência sexual! Imagina, a senhora que, há poucos dias, teve uma exposição aqui, me surpreende que não venha nesta tribuna denunciar o golpe e a violência brutal que ele cometeu contra as mulheres deste País. Os exilados e exiladas, as cassações, o exílio, será que isso não barbariza? Por vezes, sobe-se aqui, Ver.^a Biga, buscando sensibilizar justamente sobre crimes contra a humanidade que acontecem mundo afora, mas, por vezes, a sensibilidade é seletiva. Quando atinge os lutadores da esquerda, da luta pela democracia, aí não comove. E veja bem, nós tivemos, no dia de ontem, um senador da República apoiado por colegas vereadores, que teve uma declaração criminosa, Ver.^a Biga, de dizer que na virada do dia 31 para o dia 1º, a Nação salvou a si mesma. Criminoso, criminoso e criminosa também quem apoia declarações como essa, e falo sem medo. Salvação de uma mentirosa ameaça comunista que nunca aconteceu, de um governo que tinha 70% de aprovação, e Porto Alegre, que é esta capital da luta democrática, da luta pela legalidade também viu aqui as marcas desse período de ditadura. O Ver. Pedro Ruas falava antes do Dopinho, do Dopinha: primeiro centro clandestino de tortura da América Latina, que ficou conhecido pelo caso das mãos amarradas, um corpo encontrado no rio Jacuí e que passou no Dopinho por 150 dias de tortura! Por isso que esta Câmara Municipal precisa honrar a história desta cidade. Quem gosta de fazer campanha no Glênio Peres, durante a campanha eleitoral, precisa saber que Glênio Peres é um ex-vereador cassado nesta cidade e daí não pode – Presidente, para concluir – usar desta tribuna e esquecer dessa memória. Não dá para achar nesta cidade que Esquina Democrática tem esse nome apenas porque, no período eleitoral, a Justiça Eleitoral faz um revezamento dos partidos que lá podem ocupar aquele espaço. Aquele espaço era utilizado, para concluir, Presidente, para que os vereadores cassados fizessem lá as manifestações que não podiam mais fazer aqui. E é por isso que me surpreende muito as dificuldades que nós tivemos para fazer uma singela exposição aqui nesta Casa que conta os caminhos da ditadura. Por isso, encerro minha manifestação fazendo um pedido para que, da mesma forma como reconheço que conseguimos consolidar a exposição que iniciou no dia de hoje, nós possamos ajustar o calendário, para que a solicitação feita através da Ver.^a Biga, em nome da Associação dos Ex-Presos e Perseguidos, também possa acontecer nesta Casa, de forma democrática. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pagadores de impostos que nos acompanham pela TVCâmara, hoje é o “Lula *day*”. Já, já vou mostrar no telão por que hoje é o Dia da Mentira e o pai da mentira vai estar no telão. Mas, antes do Lula, eu preciso dizer que hoje também é o “Leite *day*”. Está aqui na minha lapela uma manifestação da qual fiz parte, nesta tarde, defronte ao Palácio Piratini, a respeito do Leite, mais uma vez, mentir

a respeito do aumento de impostos. Durante a campanha, garantiu que não haveria aumento de impostos, aliás, antes ainda, disse que não seria candidato à reeleição, não só foi como puxou o tapete do então governador Ranolfo, com o voto do PT, elegeu-se governador – e da esquerda evidentemente –, e está tentando, por um lado, chantagear a classe produtiva a ponto de rachá-la, ainda que a esmagadora maioria esteja contra a esse aumento, faz chantagens na Assembleia Legislativa sobre essa questão, ou retira benefícios, ou, então, aumenta a alíquota modal desse semestre. Não ao aumento de impostos, governador, cumpra sua palavra, cumpra a palavra empenhada na campanha. Nós não aguentamos mais pagar impostos, seja em Porto Alegre, seja no Rio Grande do Sul e impostos federais. Não ao aumento que o Leite quer enfiar goela abaixo do cidadão gaúcho. Mas sobre o Dia da Mentira, o pai da mentira Luiz Inácio Lula da Silva, que admitiu isso, está no Youtube, que ia para a Europa dizer que tinha 30 milhões de crianças nas ruas, que inventava, que até hoje constrange mulheres, pessoas mais humildes, como temos visto nas suas falas, mas eu trouxe no telão e para quem está em casa, em TV aberta, possa também conferir, cinco mentiras de Lula que não se comprovaram. Olhem só a primeira – até deixem eu puxar aqui porque o nosso telão também não está me ajudando muito... O Luiz Afonso vai passando e vai para transmissão. “Qualquer coisa é sigilo de 100 anos”, disse Lula em 09/09/22. “Se eu ganhar, vou acabar com esse sigilo. Isso tem que ser investigado. Se Bolsonaro for honesto como diz, não deve temer.” O que é que fez, Ver. Bosco, que me dá a sua atenção? O que é que fez o Lula? Botou sigilo. Lula, em 27/07/22: “Orçamento secreto é a excrescência da política brasileira, não é sério! [diz Lula] Se você quer fazer algo sério, blá-blá-blá-blá-blá-blá...”, uma marionete. O que é que fez o pai da mentira? Orçamento secreto, assim que chegou ao Planalto. Sem contar a picanha, que virou ovo de Páscoa pago com o FGTS. Mais uma mentira: “A gente vai consertar este País e o povo vai voltar a juntar a família no domingo para comer uma picanha.” Mentira! O ovo de Páscoa teve que ser pago com o FGTS. Mais uma mentira de Lula, em 21/10, durante o segundo turno: “Quem ganha até R\$ 5 mil não vai mais pagar Imposto de Renda. Vamos parar de descontar o imposto de gente de classe média e cobrar dos muito ricos”. Mentira! Aliás, a direita tentou, via emenda, no Congresso, aumentar para R\$ 5 mil. O PT e a esquerda foram contra! Contra os R\$ 5 mil de isenção no Imposto de Renda. E, por fim, o Brasil voltou a cuidar dos seus primeiros habitantes, criou o Ministério dos Povos Indígenas, deflagrou ações do genocídio yanomami, mas, sob o governo Lula, Márcio Bins Ely, vereador que me dá a sua atenção neste momento, sob o governo Lula o dito genocídio dos yanomami só piorou. Então hoje é o “Lula Day”, é o Dia da Mentira. Muitos brasileiros foram enganados em 2022; enganados pela imprensa, parte dela; foram enganados pelo STF, isso é censura, mas não é censura, porque é contra o Bolsonaro. Então, o STF e o consórcio com parte da imprensa, com a lacrosfera, com todo mundo, conseguiram eleger o pai da mentira. Trago isso para dizer que não se repita nem aqui: um governador que mente, dizendo que não vai aumentar impostos e quer aumentar, nem em Brasília, com um Presidente chefe de quadrilha, condenado por corrupção, que mentiu durante a campanha e agora faz até pior. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que nos assistem; pois então, meus amigos, antes de chegar à Câmara de Vereadores, eu estava lá na frente do Piratini com alguns colegas que aqui se encontram. Nós estávamos mostrando, com todas as letras, as evidências de que esse desgovernador Eduardo Mente, desculpa, Eduardo Leite, toda essa construção dele para tentar tungar, mais uma vez, o bolso dos gaúchos, achando que o bolso do contribuinte é um poço sem fundo, querendo prejudicar quem produz, querendo prejudicar as pessoas que consomem a cesta básica, querendo onerar os produtos da cesta básica. Alguns produtos saindo de zero para treze por cento, de zero para quatorze por cento e principalmente, meus amigos, tirando benefícios do setor do agro, de pequenos, médios e grandes produtores, tirando a comida fresca de dentro da cesta básica: ovos, legumes, frutas, verduras, carne vermelha, frango, tudo isso vai com o preço às alturas. Eu digo mais, meus amigos: não é necessário nem 0,01% de aumento de impostos neste Estado. Por quê? Porque o aumento infeliz que já houve no ano passado do ICMS já garante um aumento de arrecadação ao governo do Estado de R\$ 2,5 bilhões. O Eduardo Leite, com essa oneração da cesta básica e com essa tungada no setor produtivo, ele quer arrecadar R\$ 2 bilhões à custa da comida do gaúcho, mas ele não precisa fazer isso, porque ele já garantiu o aumento da arrecadação. Nos dois primeiros meses deste ano, nós já tivemos um aumento de 24% na arrecadação de impostos no Estado do Rio Grande do Sul. Qualquer coisa mais do que isso, nós só vamos estar, mais uma vez, exportando empresas e empregos para fora do nosso Estado, trazendo desemprego e miséria à custa de um governador que não governa, de um governador que deu um conselho ao José Ivo Sartori durante a campanha. Ele disse, e ninguém pode me acusar de estar sendo grosseira, porque eu vou estar apenas repetindo as palavras do próprio Eduardo Leite: “Tire a bunda da cadeira, governador”. Não foi o que você disse para o Sartori fazer? Então, eu lhe replico aqui: vá trabalhar, vá fazer reforma administrativa, vá aprender matemática, porque o senhor precisa entender que quanto menor a base, menor a alíquota, mais se arrecada e mais se tem crescimento. E por fim, porque eu não poderia deixar de falar, porque hoje é considerado o dia dos bobos, e o Eduardo Leite faz de todos nós de bobos, assim como o Presidente Lula faz ao andar de mãos dadas com Macron em lua de mel pela Amazônia, prometendo tratados de bilhões de reais para exploração, inclusive de minas de urânio. É importante que a gente destaque o seguinte: as minas de urânio exploradas pela França na África têm trabalho escravo infantil, as crianças trabalham até cair. Eu quero saber como é que vão ser essas minas de urânio no Brasil exploradas pelos franceses. Eu quero saber onde vão ser essas minas de urânio. E a que custo vai ser isso. Ao custo de entregar a Amazônia na mão das ONGs francesas? À custa de não permitir que os nossos produtores e que os povos nativos da região se sustentem, impedindo o crescimento sustentável da Região Norte e Nordeste na área da Amazônia Legal, entregando para a França, que está destruindo a Guiana

Francesa, matando índios a rodo, poluindo rios com mercúrio. Pelo amor de Deus, esse governo Lula é uma vergonha, que de ecologia não entende nada, entende de entregar tudo que nós temos para a Europa. Ficar passeando com Macron... O Macron é um colonialista, um imperialista. Todas as colônias em que ele dominou, ele destruiu. A França é um país vergonhoso nesse sentido e vem aqui ditar regra, querer pousar de bom moço, mas vá ter vergonha na cara, vá ter vergonha na cara. Liberte a Nigéria, por exemplo, do seu jugo, porque lá na Nigéria as pessoas, até hoje, não têm energia elétrica em casa, enquanto a França ainda continua dominando a moeda nigeriana. Só para falar da Amazônia, que não pararam e só multiplicam as queimadas. Com relação a dengue, Ver. Jonas, o Brasil registra 2,3 milhões de casos prováveis de dengue, 831 mortos confirmados pela doença. Não tem vacina! Não é genocida que chama? Acho que é. A hanseníase, aí nós voltamos à Idade Média, porque, graças ao desgoverno Lula, o Ministério da Saúde confirmou, nessa terça-feira última, dia 26, que tem escassez na oferta e distribuição de medicamentos para tratamento de hanseníase no Brasil. Ou seja, vai voltar a lepra, por quê? Por causa do governo Lula, voltamos à Idade Média, meus amigos.

Então, tem vereador que vem aqui, que passou quatro anos falando do Bolsonaro, não quer que a gente fale do governo Lula. Vou falar toda vez, porque a verdade precisa ser dita. É um governo vergonhoso que está aqui dando uma figa para saúde. É isso que é a verdade.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Claudio Janta solicita verificação de quórum. (Pausa.) Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h37min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *